

**RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE A GESTÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE
VEREADORES ARROIO DO PADRE - RS
EXERCÍCIO DE 2019**

Conforme prevê no Regimento Interno da Egrégia Corte de Contas do Estado, encaminho o Relatório sobre a gestão das atividades realizadas, relativo ao exercício de 2019, no que se refere à Administração Pública do Poder Legislativo.

1 – IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS PELO PODER LEGISLATIVO NO EXERCÍCIO DE 2019:

a) De 01/01/2019 a 31/12/2019.

Presidente: Gilmar Carlos Schlesener.

b) MESA DIRETORA:

Presidente: Gilmar Carlos Schlesener;

Vice-Presidente: Rui Carlos Peter;

1ª Secretário: Vilson Pieper;

2º Secretária: Maria de Fátima Maximila Rocha.

Endereço Residencial do Presidente: Avenida Dezesete de Abril, nº 4184. Bairro: Benjamin Constant. CEP: 96155-000. Arroio do Padre/RS.

2 – INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS, FINANCEIRAS E ADMINISTRATIVAS:

2.1) Informações sobre os Repasses Financeiros Recebidos

Banco: 41 (Banrisul).
Agência: 0918.
Conta: 04.184947.0-2.

| Mês/2019: | Data do(s) recebimento(s): | Valor(es) recebido(s) – R\$: |
|------------------|-----------------------------------|-------------------------------------|
| Janeiro | 16/01/2019 | R\$ 65.225,71 |
| Fevereiro | 14/02/2019 | R\$ 65.225,71 |
| Março | 12/03/2019 | R\$ 65.225,71 |
| Abril | 17/04/2019 | R\$ 65.225,71 |
| Maio | 17/05/2019 | R\$ 65.225,71 |
| Junho | 14/06/2019 | R\$ 65.225,71 |
| Julho | 16/07/2019 | R\$ 65.225,71 |
| Agosto | 13/08/2019 | R\$ 65.225,71 |
| Setembro | 11/09/2019 | R\$ 65.225,71 |
| Outubro | 17/10/2019 | R\$ 65.225,71 |
| Novembro | 18/11/2019 | R\$ 65.225,71 |
| Dezembro | 18/12/2019 | R\$ 65.225,71 |
| Total: | | R\$ 782.708,52 |

Devolução dos valores em banco para o Executivo até 31/12/2019: R\$ 179.000,00 (cento e setenta e nove mil reais).

Saldo em Bancos do Poder Legislativo: R\$ 6.554,58 (seis mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

Saldo em Bancos pela Razão Contábil e Conciliação Bancária: R\$ 6.554,58 (seis mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

A Câmara Municipal realizou, no exercício findo, as seguintes tarefas independentes do Poder Executivo:

2.2) Análise quanto aos restos a pagar

Findo o exercício de 2019 os restos a pagar importavam em R\$ 5.397,35 (cinco mil trezentos e noventa e sete reais e trinta e cinco centavos). Os recursos disponíveis importam em R\$ 6.554,58 (seis mil quinhentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta e oito centavos).

2.3) Análise das despesas com pessoal nos últimos seis meses do mandato do Presidente

O Poder Legislativo não teve aumento das despesas com pessoal nos 180 dias que antecederam ao final do mandato do Presidente 2019.

3 – DO CONTROLE DOS LIMITES CONSTITUCIONAIS:

3.1) Limite das Despesas totais do Legislativo

Em conformidade com a Constituição da República o Poder Legislativo alcançou o percentual de 3,97% de suas despesas totais, excluídos os inativos, em relação à receita tributária e de transferências no ano de 2019.

Para tanto, informamos que a população do Município, até 31/12/2019 era de 2.921 (dois mil, novecentos e vinte e um habitantes) aproximadamente, conforme dados do IBGE. Assim, o limite da despesa em relação à receita era de 7%; Logo, o Legislativo se posicionou aquém deste limite e dentro da norma constitucional prevista no art. 29.

3.2) Limite das Despesas com folha de pagamento

Do limite de 70% da receita da Câmara, no montante equivalente a R\$ 782.708,55 (setecentos e oitenta e dois mil, setecentos e oito reais e cinquenta e cinco centavos), efetivamente realizada no exercício foi gasto o valor de R\$ 480.501,64 (quatrocentos e oitenta mil, quinhentos e um reais e sessenta e quatro centavos), com folha de pagamento foi obedecido o percentual legal sobre os gastos totais, situando-se o Poder Legislativo no patamar de 45,62% conforme apurado no Relatório de Gestão Fiscal.

3.3) Limite da despesa total com remuneração dos vereadores

Em obediência ao que estabelece o Art. 29, VII, da CF/88, o limite da remuneração total dos vereadores, incluído o subsídio do Presidente da Câmara e incluídos os encargos foi de R\$ 547.895,98 (quinhentos e quarenta e sete mil, oitocentos e noventa e cinco reais e noventa e oito centavos). Em relação à receita orçamentária do Município de R\$ 14.990.819,32, se obtém o índice de 3,12 %, totalizando um total de R\$ 462.873,04 (quatrocentos e sessenta e dois mil, oitocentos e setenta e três reais e quatro centavos), na despesa total com gastos de pessoal, conforme apurado no Relatório de Gestão Fiscal.

Adicionalmente informamos que a remuneração individual do vereador no exercício findo de 2019 foi de R\$ 2.497,38 (dois mil quatrocentos e noventa e sete reais e trinta e oito centavos), sendo que o Presidente da Câmara recebeu subsídio de R\$ 3.433,89 (três mil quatrocentos e trinta e três reais e oitenta e nove centavos).

4 – DAS METAS PREVISTAS NO PLANO PLURIANUAL – PPA, NA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E NO ORÇAMENTO ANUAL:

As metas previstas nos orçamentos obtiveram previsão e realização 31/12/2019, conforme demonstrado em anexo.

| Metas: | Parcela executada no Exercício 2019: | |
|--|---|--------------------|
| 1.104 – Reforma e reparos no prédio da Câmara Municipal | | |
| 1.103 – Aquisição de Material e Equipamento Permanente | | |
| 2.101 – Manutenção das Atividades do Legislativo | | |
| 2.102 – Eventos e Recepções | | |
| | Física: | Financeira: |
| | Adiantamento de numerário (suprido). | R\$ 2.036,30 |
| | Aquisição de equipamentos e materiais permanentes. | R\$ 8.068,00 |
| | Aquisição de material de consumo, higiene e limpeza. | R\$ 992,96 |
| | Aquisição de material de consumo (salgados e sucos) para as Sessões Solenes. | R\$ 5.042,50 |
| | Aquisição de material de expediente. | R\$ 1.178,00 |
| | Aquisição de placas em aço inox, para distribuição gratuita. | R\$ 1.659,20 |
| | Aquisição de peças e contratação de serviços de reparo junto ao sistema de alarmes. | R\$ 715,00 |
| | Aquisição de peças e contratação de serviços de reparo | R\$ 2.710,00 |

| | | |
|--|--|--|
| | junto ao sistema de climatização. | |
| | Aquisição de refis de tinta e toners. | R\$ 387,50 |
| | Assinaturas anuais de jornais. | R\$ 1.998,00 |
| | Publicações em jornais. | R\$ 1.349,70 |
| | Contratação de empresa para fornecimento de Mão de obra para limpeza e conservação da sede da Câmara de Vereadores de Arroio do Padre. | (Valor Mensal) R\$ 3.230,64 |
| | Prestação de serviço de substituição do tecido de cadeiras de escritório. | R\$ 6.015,00 |
| | Gastos com assessoria e consultoria contábil, de gestão e jurídica. | R\$ 14.796,32 |
| | Gastos com diárias. | R\$ 1.642,97 |
| | Gastos com energia elétrica. | R\$ 1.785,81 |
| | Gastos com locação de softwares (Contabilidade, Folha e Fly Transferência). | R\$ 14.996,26 |
| | Gastos com manutenção e limpeza dos aparelhos de ar condicionado. | R\$ 10.529,02 |
| | Gastos com ressarcimento de passagens. | R\$ 439,50 |
| | Gastos com ressarcimento de combustível. | R\$ 219,19 |
| | Gastos com terceirização de mão de obra de limpeza e conservação da sede da Câmara. | R\$ 32.008,05 |
| | Gastos com sistema de acesso à internet. | R\$ 2.079,90 |
| | Gastos com telefonia fixa. | R\$ 1.503,24 |
| | Gastos com vale-alimentação dos(as) servidores(as). | R\$ 9.120,34 |
| | Gastos com médico do trabalho. | R\$ 949,34 |
| | Participação em Curso do Igam Corporativo - Cursos e Assessoria Ltda. | R\$ 969,00 |
| | <u>Não estão computados os vencimentos de servidores e vereadores e as despesas empenhadas e restos a pagar.</u> | Total: R\$ 126.421,74 |

5 – DA ADMINISTRAÇÃO DOS BENS:

Ao final do exercício financeiro de 2019 foram inventariados, física e contabilmente, os bens móveis e imóveis da Câmara Municipal sendo que não foram encontradas diferenças em relação à escrituração contábil.

6 – DA ADMINISTRAÇÃO DE PESSOAL:

Investiduras Decorrentes de Nomeação de Cargos em Comissão: Não Houve.

Relativamente a Concursos Públicos: Não Houve.

Contratações Temporárias: Não houve.

Revisões e aumentos de remunerações:

Ato legal: Lei 2.011, de 25 de janeiro de 2019, que estabelece o percentual para a revisão geral dos servidores públicos do Poder Executivo, do Poder Legislativo, dos Agentes Políticos, Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários Municipais de Arroio do Padre.

Licenças Concedidas a Vereadores: Foi concedida licença maternidade à Vereadora Angélica Behling Wachholz no período de 20 de fevereiro a 19 de junho de 2019 e Licença por motivos de interesse particular à Vereadora Maria de Fátima Maximila Rocha no período de 15 de julho a 31 de julho de 2019.

7 – OUTROS FATORES RELEVANTES:

Não Houve.

Sendo o que se apresentava, segue este Relatório junto com o anexo das metas previstas no PPA, LDO e LOA e, ainda, Relatório e Parecer do responsável pelo Controle Interno do Município.

Arroio do Padre, 30 de janeiro de 2020.

Vilson Pieper
Presidente da Câmara Municipal de Vereadores

Gilmar Carlos Schlesener
Vice-Presidente

Carmen Beatriz da Silveira Chagas
Contadora – CRC-RS 067540/06



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE
GABINETE DO PREFEITO**

Lei 2.069, de 30 de outubro de 2019.

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Arroio do Padre, Sr. Leonir Aldrighi Baschi, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Capítulo I - Disposições Preliminares

Art. 1º Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2.º, da Constituição Federal, no art. 98, Inc. II da Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, as diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2020, compreendendo:

- I - as metas e as prioridades da administração municipal;
- II - a organização e estrutura do orçamento;
- III - as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- IV - as disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - as disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - as disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII - as disposições gerais.

Parágrafo único: Integram esta lei os seguintes anexos:

I – Anexo I, de metas fiscais, composto dos demonstrativos:

- a) das metas fiscais anuais de acordo com o art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória e metodologia de cálculo;
- b) da avaliação do cumprimento das metas fiscais relativas ao ano de 2018;
- c) das metas fiscais previstas para 2020, 2021 e 2022, comparadas com as fixadas nos exercícios de 2017, 2018 e 2019;
- d) da evolução do patrimônio líquido, conforme o art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
- e) da origem e aplicação dos recursos obtidos com a alienação de ativos, em cumprimento ao disposto no art. 4º, § 2º, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000;
- f) da estimativa e compensação da renúncia de receita, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000;

g) da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, conforme art. 4º, § 2º, inciso V, da Lei Complementar nº 101/2000.

II – Anexo II, de Riscos Fiscais e providências, contendo a avaliação dos riscos orçamentários e os passivos contingentes capazes de afetar as contas públicas, em cumprimento ao art. 4º, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000.

III – Anexo III, de caráter informativo e não normativo, contemplando o detalhamento dos Programas e Ações com execução prevista para o exercício financeiro de 2020, o qual deverá servir de referência para o planejamento, podendo ser atualizado pela lei orçamentária ou através de créditos adicionais.

IV – Anexo IV, informando as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, em cumprimento ao disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Capítulo II - Das Metas e Prioridades da Administração Pública Municipal

Art. 2º A elaboração e aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2020 e a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com a meta de resultado primário consolidado, conforme demonstrado no Anexo de Metas Fiscais constante do Anexo I a esta Lei.

§ 1º A meta de resultado primário poderá ser ajustada quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§ 2º Na hipótese prevista pelo § 1º, o demonstrativo de que trata a alínea “a” do inciso I do parágrafo único do art. 1º desta Lei deverá ser reelaborado e encaminhado juntamente com o projeto de lei orçamentária anual, acompanhado da memória e metodologia de cálculo devidamente atualizadas.

§ 3º Durante o exercício de 2020, a meta resultado primário poderá ser reduzida até o montante que corresponder à frustração da arrecadação das receitas que são objeto de transferência constitucional, com base nos arts. 158 e 159 da Constituição Federal.

§ 4º Para os fins do disposto no § 3º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores que forem arrecadados em cada mês, em comparação com igual mês do ano anterior.

§ 5º Nas hipóteses de atualização ou redução da meta de resultado primário, nas hipóteses estabelecidas neste artigo, e para efeitos da audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101, de 2000, a meta alcançada será comparada com a meta ajustada.

Art. 3º As metas e prioridades para o exercício financeiro de 2020 relacionadas com a execução de programas e ações orçamentárias com estão estruturadas de acordo com o Plano Plurianual para 2018/2021 - Lei nº 1.861, de 28 de junho de 2017 e suas alterações, especificadas no Anexo III, integrante desta Lei, as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária.

§ 1º Sem prejuízo do disposto no inciso III do parágrafo único do art. 1º desta Lei, as metas e prioridades de que trata o *caput*, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas até a data do encaminhamento ao Poder Legislativo da proposta orçamentária para 2020, se surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em



decorrência de créditos adicionais ocorridos.

§ 2º Na hipótese prevista no parágrafo 1º, as alterações do Anexo III serão evidenciadas em demonstrativo específico, a ser encaminhado juntamente com a proposta orçamentária para o próximo exercício.

Capítulo III - Da Organização e Estrutura do Orçamento

Art. 4º O Orçamento do Município terá sua despesa discriminada por órgão, unidade orçamentária, função, subfunção, programa, ação orçamentária, instrumento de programação e natureza de despesa detalhada até o nível de elemento.

§ 1º O conceito de órgão corresponde ao maior nível da classificação institucional, que tem por finalidade agrupar unidades orçamentárias.

§ 2º O conceito de unidade orçamentária corresponde ao menor nível da classificação institucional e sua classificação atenderá, no que couber, ao disposto no art. 14 da Lei Federal nº 4.320/64.

§ 3º O conceito de instrumento de programação envolve um conjunto de operações que contribuem para atender ao objetivo de um programa, observando o seguinte:

I - incluem-se no conceito de instrumentos de programação as transferências obrigatórias ou voluntárias a outros entes da Federação e a pessoas físicas e jurídicas, na forma de subsídios, subvenções, auxílios, contribuições e concessão de empréstimos e financiamentos; e

II - os instrumentos de programação, de acordo com suas características, podem ser classificados como atividades, projetos ou operações especiais.

§ 4º Os conceitos de função, subfunção, programa, projeto, atividade e operação especial são aqueles dispostos na Portaria n.º 42 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, de 14 de abril de 1999, e em suas alterações.

§ 5º Os conceitos e códigos de categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação e elemento de despesa são aqueles dispostos na Lei Federal nº 4.320/1964 e na Portaria Interministerial da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal n.º 163, de 4 de maio de 2001, e em suas alterações.

§ 6º As operações especiais relacionadas ao pagamento de encargos gerais do Município, serão consignadas em unidade orçamentária específica.

§ 7º Os Fundos Municipais constituirão unidade orçamentária específica, e terão suas Receitas vinculadas a Despesas relacionadas com seus objetivos, identificadas em Planos de Aplicação, representados nas Planilhas de Despesas referidas no inciso V do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

Art. 5º Independentemente da natureza de despesa em que for classificado, todo e qualquer crédito orçamentário deve ser consignado diretamente à unidade orçamentária à qual pertencem as ações correspondentes.

Parágrafo único. As operações entre órgãos, fundos e entidades previstas nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social serão executadas obrigatoriamente por meio de empenho, liquidação e pagamento, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964, utilizando-se a modalidade de aplicação 91 – Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes do Orçamento Fiscal e do Orçamento da Seguridade Social.

Art. 6º Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão o conjunto das receitas públicas, bem como das despesas dos Poderes Executivo e Legislativo, devendo a correspondente execução ser registrada no sistema Integrado de execução orçamentária e financeira a que se refere o art. 48, § 6º, da Lei Complementar nº 101, de 2000.

Art. 7º O Projeto de Lei Orçamentária Anual será encaminhado ao Poder Legislativo, conforme estabelecido no § 5º do art. 165 da Constituição Federal, no art. 100, Inc. III da Lei Orgânica do Município e no art. 2º, da Lei Federal nº 4.320/1964, e será composto de:

I - texto da Lei;

II – consolidação dos quadros orçamentários;

Parágrafo único. Integrarão a consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso II, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, os seguintes quadros:

I - demonstrativo da evolução da receita, por origem, em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000;

II – demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;

III – quadro que evidencie, em colunas distintas, as receitas por origem e as despesas por grupo de natureza de despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;

IV - demonstrativo da receita por origem e planos de aplicação das despesas dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964;

V – demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com a meta de resultado primário, observando-se, no que couber, ao disposto nos §§ 1º e 2º do art. 2º desta Lei;

VI - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;

VII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

VIII - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), conforme a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

IX - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 12 desta Lei;

X – demonstrativo da Receita Corrente Líquida;

XI - descrição sucinta de cada unidade administrativa e de suas principais finalidades com indicação da respectiva legislação;

XII - quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;



Art. 8º A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária anual conterá:

I - relato sucinto da situação econômica e financeira do Município e projeções para o exercício de 2020, com destaque, se for o caso, para o comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento da dívida;

II - resumo da política econômica e social do Governo;

III - memória de cálculo e justificativa da estimativa da receita e da fixação da despesa, observando-se, no que couber, ao disposto nos arts. 22, I, 39 e 30 da Lei Federal nº 4.320/1964 e no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000.

IV - demonstrativo da dívida fundada, assim como da evolução do estoque da dívida pública, dos últimos três anos, a situação provável no final de 2019 e a previsão para o exercício de 2020;

Art. 9. A Reserva de Contingência para fins de atendimento dos riscos fiscais especificados no Anexo II desta Lei será constituída, exclusivamente, de recursos não vinculados do Orçamento Fiscal, e será fixada em, no mínimo, 0,5% (zero virgula cinco por cento) da receita corrente líquida.

§ 1º Para fins de utilização dos recursos a que se refere o caput, considera-se como evento fiscal imprevisto, a que se refere a alínea "b" do inciso III do caput do art. 5º da Lei Complementar nº 101/2000, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária de 2020.

§ 2º Não serão consideradas, para fins do disposto no caput, as eventuais Reservas de Contingência constituídas à conta de receitas vinculadas.

Capítulo IV - Das Diretrizes para Elaboração e Execução do Orçamento e suas Alterações

Seção I - Das Diretrizes Gerais

Art. 10. O Poder Legislativo encaminhará à Secretaria de Administração, Planejamento, Finanças, Gestão e Tributos, até 15 de outubro de 2019, sua respectiva proposta orçamentária, para fins de consolidação do Projeto de Lei Orçamentária de 2020, observadas as disposições desta Lei.

Art. 11. A elaboração e a aprovação do Orçamento para o exercício de 2020 e a sua execução obedecerão, entre outros, ao princípio da publicidade, promovendo-se a transparência da gestão fiscal e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

§ 1º Para fins de atendimento ao disposto no art. 48, § 1º, I, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo organizará audiência(s) pública(s) a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das prioridades de investimentos, que terão recursos consignados no orçamento.

§ 2º A Câmara Municipal organizará audiência(s) pública(s) para discussão da proposta orçamentária durante o processo de sua apreciação e aprovação.

Art. 12. Os estudos para definição do Orçamento da Receita deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos e benefícios fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos, a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois anos seguintes ao exercício de 2020.

§ 1º Até 30 dias antes do encaminhamento da Proposta Orçamentária ao Poder



Legislativo, o Poder Executivo Municipal colocará à disposição da Câmara Municipal os estudos e as estimativas de receitas para próximo exercício, inclusive da receita corrente líquida, e as respectivas memórias de cálculo.

§ 2º Para fins do orçamento da Câmara Municipal, observado os limites estabelecidos no art. 29-A da Constituição Federal e a metodologia de cálculo estabelecida pela Instrução Normativa nº 13/2018 do Tribunal de Contas do Estado ou da norma que lhe for superveniente, considerar-se-á a receita arrecadada até mês de agosto, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 13. Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101/2000, somente serão iniciados novos projetos para investimentos se:

I - tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento, constantes do **Anexo IV** desta Lei;

II - a ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica ao início ou continuidade de investimentos programados com recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 14. Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, I e II, da Lei Complementar nº 101/2000, quando for o caso, deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou de sua dispensa/inexigibilidade.

§ 1º Para efeito do disposto no art. 16, § 3º, da Lei Complementar nº 101/2000, serão consideradas despesas irrelevantes aquelas decorrentes da criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento da despesa, cujo montante no exercício financeiro de 2020, em cada evento, não exceda aos valores limites para dispensa de licitação fixados nos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, conforme o caso.

§ 2º No caso de despesas com pessoal e respectivos encargos, desde que não configurem geração de despesa obrigatória de caráter continuado, serão consideradas irrelevantes aquelas cujo montante, em cada evento, não exceda a 10 (dez) vezes o menor padrão de vencimentos.

Art. 15. A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da Lei Complementar nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no inciso V do § 2º do art. 4º, da referida Lei, desde que observados:

I – o limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2020 e de créditos adicionais;

II – os limites estabelecidos nos arts. 20, inciso III, e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, no caso da geração de despesas com pessoal e respectivos encargos; e

III – o valor da margem líquida de expansão constante no demonstrativo previsto no inciso “h” do inciso I, do parágrafo único do art. 1º desta Lei.

Art. 16. O controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados com recursos dos orçamentos das ações desenvolvidas pelo Poder Público Municipal



de deverá ser orientado para o estabelecimento da relação entre a despesa pública e o resultado obtido, de forma a priorizar a análise da eficiência na alocação dos recursos, permitindo o acompanhamento das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

§ 1º Os custos serão apurados e avaliados através das operações orçamentárias, tomando-se por base, a comparação entre as despesas autorizadas e liquidadas, bem como a comparação entre as metas físicas previstas e as realizadas.

§ 2º Caberá À Secretaria de Secretaria de Administração, Planejamento, Finanças, Gestão e Tributos, organizar a formação de Grupos Setoriais de Custos, oportunizando o acesso a treinamentos, reuniões técnicas e outros eventos a serem realizados com vistas ao aperfeiçoamento da gestão de custos na Administração Pública Municipal.

Seção II - Das Diretrizes Específicas do Orçamento da Seguridade Social

Art. 17. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá as dotações destinadas a atender às ações de saúde, previdência e assistência social, e contará, entre outros, com recursos provenientes:

I – do produto da arrecadação de impostos e transferências constitucionais vinculados às ações e serviços públicos de saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II – das receitas vinculadas ao Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Municipais, que serão utilizadas exclusivamente para o pagamento dos benefícios previdenciários e para a Taxa de Administração, observados os critérios estabelecidos pela Portaria MPS n 402/2008, ou pela norma que lhe for superveniente.

III – de aportes de recursos do Orçamento Fiscal;

IV – das demais receitas cujas despesas integram, exclusivamente, o orçamento referido no *caput* deste artigo.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social será evidenciado na forma do demonstrativo previsto no inciso III do parágrafo único do art. 7º desta Lei.

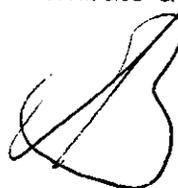
Seção III – Da limitação orçamentária e financeira

Art. 18. O Chefe do Poder Executivo Municipal estabelecerá, através de Decreto, em até 30 dias após a publicação da Lei Orçamentária Anual, o desdobramento da receita prevista em metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira das receitas e despesas e o cronograma de execução mensal para todas as Unidades Orçamentárias, considerando, nestas, eventuais déficits financeiros apurados nos Balanços Patrimoniais do exercício anterior, de forma a restabelecer equilíbrio.

§ 1º O ato referido no *caput* deste artigo e os que o modificarem conterà:

I - metas quadrimestrais para o resultado primário acima da linha, que servirão de parâmetro para a avaliação de que trata o art. 9º, § 4º da Lei Complementar nº 101/2000;

II - metas bimestrais de realização de receitas, em atendimento ao disposto no art. 13 da Lei Complementar nº 101/2000, discriminadas, no mínimo, por origem, identificando-se separadamente, quando cabível, as medidas de combate à evasão e à sonegação fiscal e da cobrança da dívida ativa;



III - cronograma de desembolso mensal de despesas por órgão.

§ 2º Excetuadas as despesas com pessoal e encargos sociais, precatórios e sentenças judiciais, o cronograma de desembolso do Poder Legislativo terá, como referencial, o repasse previsto no art. 168 da Constituição Federal, na forma de duodécimos.

Art. 19. Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas fiscais, e observado o disposto no §2º do art. 2º desta Lei, os Poderes Executivo e Legislativo, de forma proporcional às suas dotações, adotarão o mecanismo da limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas seguintes despesas:

I – No Poder Executivo:

- a) Horas extras;
- b) Diárias de viagem;
- c) Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;
- d) Redução de despesas com aquisição de equipamentos e material permanente;
- e) Aquisição de combustíveis e derivados, destinada à frota de veículos, exceto dos setores de educação e saúde;
- f) Obras em geral, desde que ainda não iniciadas;

II – No Poder Legislativo:

- a) Horas extras;
- b) Diárias de viagem;
- c) Redução de despesas com aquisição de equipamentos e material permanente;
- d) Festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2019, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal n.º 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - as despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;

III - as despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - as despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens, observado o disposto no art. 23 desta Lei.

§ 3º Na hipótese de ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará à Câmara Municipal o montante que lhe caberá tornar indisponível para empenho e movimentação financeira.

§ 4º Os Chefes do Poder Executivo e do Poder Legislativo deverão divulgar, em ato próprio, os ajustes processados, que será discriminado, no mínimo, por unidade orçamentária.

§ 5º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 6º Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 20. Observado o disposto no § 2º do art. 29-A, da Constituição Federal e o cronograma referido no § 2º do art. 18 desta Lei, o repasse financeiro da cota destinada ao atendimento das despesas do Poder Legislativo será repassado até o dia 20 de cada mês, mediante depósito em conta bancária específica, indicada pela Mesa Diretora da Câmara Municipal.

§ 1º Os rendimentos das aplicações financeiras e outros ingressos orçamentários que venham a ser arrecadados através do Poder Legislativo, serão contabilizados como receita pelo Poder Executivo, tendo como contrapartida o repasse referido no *caput* deste artigo.

§ 2º Até o último dia útil do exercício de 2020, o saldo de recursos financeiros porventura existentes na Câmara, será devolvido ao Poder Executivo, livre de quaisquer vinculações, deduzidos os valores correspondentes ao saldo das obrigações a pagar, nelas incluídos os restos a pagar do Poder Legislativo;

§ 3º O eventual saldo que não for devolvido no prazo estabelecido no parágrafo anterior, será devidamente registrado na contabilidade e considerado como antecipação de repasse do exercício financeiro de 2021.

Art. 21. Os projetos, atividades e operações especiais previstos na Lei Orçamentária, ou em seus créditos adicionais, que dependam de recursos oriundos de transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de bens e outros recursos vinculados, só serão movimentados, se ocorrer ou estiver garantido o seu ingresso no fluxo de caixa, respeitado, ainda, o montante ingressado ou garantido.

§ 1º No caso dos recursos de transferências voluntárias e de operações de crédito, considerar-se-á garantido o ingresso no fluxo de caixa, a partir da assinatura do respectivo convênio, contrato ou instrumento congênere, bem como na assinatura dos correspondentes aditamentos de valor, não se confundindo com as liberações financeiras de recursos, que devem obedecer ao cronograma de desembolso previsto nos respectivos instrumentos.

§ 2º A execução das Receitas e das Despesas identificará com codificação adequada cada uma das fontes de recursos, de forma a permitir o adequado controle da execução dos recursos mencionados no *caput* deste artigo.

Art. 22. A despesa não poderá ser realizada se não houver comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária para atendê-la, sendo vedada a adoção de qualquer procedimento que viabilize a sua realização sem observar a referida disponibilidade.

§ 1º Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2020, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

§ 2º A contabilidade registrará todos os atos e os fatos relativos à gestão orçamentário-financeira, independentemente de sua legalidade, sem prejuízo das responsabilidades e demais consequências advindas da inobservância do disposto no *caput* deste artigo.

Art. 23. Para efeito do disposto no § 1º do art. 1º e do art. 42 da Lei Complementar nº 101/2000, considera-se contraída a obrigação, e exigível o empenho da despesa

correspondente, no momento da formalização do contrato administrativo ou instrumento congênere.

Parágrafo único. No caso de despesas relativas a obras e prestação de serviços, consideram-se compromissadas apenas as prestações cujos pagamentos devam ser realizados no exercício financeiro, observado o cronograma pactuado.

Art. 24. As metas de receitas e despesas programadas para cada quadrimestre nos termos do art. 17 desta Lei serão objeto de avaliação em audiência pública na Câmara Municipal até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, de modo a acompanhar o cumprimento dos seus objetivos.

§ 1º Para fins de realização da audiência pública prevista *caput*, e em conformidade com o art. 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo, relatório de avaliação com as justificativas de eventuais desvios e indicação das medidas corretivas adotadas e por adotar.

§ 2º Compete ao Poder Legislativo Municipal, mediante prévio agendamento com o Poder Executivo, convocar e coordenar a realização das audiências públicas referidas no *caput*.

Seção IV - Das Alterações da Lei Orçamentária

Art. 25. A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, nos termos da Lei Federal nº 4.320/1964.

§ 1º A apuração do excesso de arrecadação para fins de abertura de créditos adicionais será realizada por fonte de recursos, conforme exigência contida no art. 8º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 2º Os recursos alocados na Lei Orçamentária de 2020 para pagamento de precatórios somente poderão ser cancelados para a abertura de créditos suplementares ou especiais para finalidades diversas mediante autorização legislativa específica.

§ 3º Nos casos de créditos à conta de recursos de excesso de arrecadação ou à conta de receitas não previstas no orçamento, as exposições de motivos conterão a atualização das estimativas de receitas para o exercício, comparando-as com as estimativas constantes na Lei Orçamentária, a identificação das parcelas já utilizadas em créditos adicionais, abertos ou cujos projetos se encontrem em tramitação.

§ 4º Nos casos de abertura de créditos adicionais à conta de superávit financeiro, as exposições de motivos conterão informações relativas a:

I - superávit financeiro do exercício de 2019, por fonte de recursos;

II - créditos especiais e extraordinários reabertos no exercício de 2020;

III - valores já utilizados em créditos adicionais, abertos ou em tramitação;

IV - saldo atualizado do superávit financeiro disponível, por fonte de recursos.

§ 5º Considera-se superávit financeiro do exercício anterior, para fins do § 2º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/1964, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2020, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 6º Os projetos de lei relativos a créditos suplementares ou especiais solicitados pelo Poder Legislativo, com indicação de recursos de redução de dotações do próprio poder, serão encaminhados à Câmara Municipal no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar do recebimento da solicitação.

Art. 26. No âmbito do Poder Legislativo, a abertura de créditos suplementares autorizados na Lei Orçamentária de 2020, com indicação de recursos compensatórios do próprio órgão, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320/1964, proceder-se-á por ato do Presidente da Câmara dos Vereadores.

Art. 27. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 30 de abril de 2020.

Parágrafo único. Caso seja necessário, a codificação da programação objeto da reabertura dos créditos especiais e extraordinários poderá ser adequada à constante da Lei Orçamentária de 2020, desde que não haja alteração da finalidade das ações orçamentárias, nas respectivas codificações.

Art. 28. O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2020 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática, expressa por categoria de programação, conforme definida no art. 6º desta Lei.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação por funções e subfunções.

Art. 29. Não serão considerados créditos adicionais as modificações das fontes de recursos aprovadas na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, que poderão ser alteradas por ato do Poder Executivo para atender às necessidades de execução orçamentária da despesa, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Seção V - Da execução provisória do Projeto de Lei Orçamentária

Art. 30. Se o projeto de lei orçamentária não for aprovado até 31 de dezembro de 2019, sua programação poderá ser executada até a publicação da lei orçamentária respectiva, mediante a utilização mensal de um valor básico correspondente a um doze avos das dotações para despesas correntes de atividades e um treze avos quando se tratar de despesas com pessoal e encargos sociais, constantes na proposta orçamentária.

§ 1º Excetuam-se do disposto no *caput* deste artigo as despesas correntes nas áreas da saúde, educação e assistência social, bem como aquelas relativas ao serviço da dívida, amortização, precatórios judiciais e despesas à conta de recursos oriundos de transferências voluntárias e de operações de crédito, que serão executadas segundo suas necessidades específicas e a efetiva disponibilidade de recursos.

§ 2º Não será interrompido o processamento de despesas com obras em andamento, assim entendidas aquelas constantes no projeto de lei orçamentária cuja execução financeira, até 31 de dezembro de 2019, tenha ultrapassado 20% (vinte por cento) do seu custo total estimado.

Seção VI - Da Destinação de Recursos Públicos a Pessoas Físicas e Jurídicas



Subseção I - Das Subvenções Econômicas

Art. 31. A destinação de recursos para equalização de encargos financeiros ou de preços, o pagamento de bonificações a produtores rurais e a ajuda financeira, a qualquer título, a entidades privadas com fins lucrativos, poderá ocorrer desde que atendido o disposto nos artigos 26, 27 e 28 da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Em atendimento ao disposto no art. 19 da Lei Federal nº 4.320/1964, a destinação de recursos às entidades privadas com fins lucrativos de que trata o *caput* somente poderá ocorrer por meio de subvenções econômicas, sendo vedada a transferência a título de contribuições ou auxílios para despesas de capital.

§ 2º As transferências a entidades privadas com fins lucrativos de que trata o "caput" deste artigo, serão executadas na modalidade de aplicação "60 – Transferências a Instituições Privadas com fins lucrativos" e no elemento de despesa "45 – Subvenções Econômicas".

Art. 32. No caso das pessoas físicas, a ajuda financeira referida art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000 será efetivada exclusivamente por meio de programas instituídos nas áreas de assistência social, saúde, educação, cultura, desporto, geração de trabalho e renda, agricultura e política habitacional, nos termos da legislação específica.

Subseção II - Das Subvenções Sociais

Art. 33. A transferência de recursos a título de subvenções sociais, nos termos dos arts. 12, § 3º, I, 16 e 17 da Lei Federal nº 4.320/1964, atenderá às entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de cultura, assistência social, saúde e educação, atendidas as exigências da Lei 13.019/2014.

Parágrafo único. As subvenções que se destinarem à cobertura de déficits de funcionamento das entidades mencionadas no *caput* deverão ser autorizadas por lei específica, nos termos do art. 26 da Lei Complementar nº 101/2000.

Subseção III - Das Contribuições Correntes e de Capital

Art. 34. A transferência de recursos a título de contribuição corrente somente será destinada a entidades sem fins lucrativos que preencham uma das seguintes condições:

I – estejam autorizadas em lei específica, que identifique expressamente a entidade beneficiária, sendo tal condição obrigatória quando os recursos se destinarem à cobertura de déficit de funcionamento da entidade beneficiada;

II - estejam nominalmente identificadas na Lei Orçamentária de 2020; ou

III - sejam selecionadas para execução, em parceria com a Administração Pública Municipal, de atividades ou projetos que contribuam diretamente para o alcance de diretrizes, objetivos e metas previstas no Plano Plurianual.

Subseção IV - Dos Auxílios

Art. 35. A transferência de recursos a título de auxílios, previstos no art. 12, § 6º, da Lei Federal nº 4.320/1964, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos que sejam:

I - de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para a educação básica;

II – para o desenvolvimento de programas voltados a manutenção e preservação do Meio Ambiente;

III - voltadas a ações de saúde e de atendimento direto e gratuito ao público, prestadas por entidades sem fins lucrativos que sejam certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de saúde;

IV - qualificadas como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com termo de parceria firmada com o Poder Público Municipal, de acordo com a Lei Federal nº 9.790/1999, e que participem da execução de programas constantes no plano plurianual, devendo a destinação de recursos guardar conformidade com os objetivos sociais da entidade;

V - qualificadas para o desenvolvimento de atividades esportivas que contribuam para a formação e capacitação de atletas;

VI - destinada a atender, assegurar e a promover o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua habilitação, reabilitação e integração social e cidadania, nos termos da Lei Federal nº 13.146/2015;

VII - constituídas sob a forma de associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas em situação de risco social, reconhecidas pelo poder público como catadores de materiais recicláveis e/ou reutilizáveis, cujas ações estejam contempladas no Plano Municipal de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, de que trata a Lei Federal nº 12.305/2010, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.404/2010; e

VIII - voltadas ao atendimento direto e gratuito ao público na área de assistência social que:

a) se destinem a pessoas idosas, crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social;

b) sejam voltadas ao atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social, violação de direito ou diretamente alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e geração de trabalho e renda;

§ 1º No caso do inciso I, a transferência de recursos públicos deve ser obrigatoriamente justificada e vinculada ao plano de expansão da oferta pública na respectiva etapa e modalidade de educação.

§ 2º No caso do inciso IV, as transferências serão efetuadas por meio de termo de parceria, caso em que deverá ser observada a legislação específica pertinente a essas entidades e processo seletivo de ampla divulgação.

Subseção V - Das Disposições Gerais para Destinação de Recursos Públicos para Pessoas Físicas e Jurídicas

Art. 36. Sem prejuízo das demais disposições contidas nesta seção, a transferência de recursos prevista na Lei Federal nº 4.320/1964, a entidade privada sem fins lucrativos, dependerá ainda de:

I – execução da despesa na modalidade de aplicação “50 – Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos” e nos elementos de despesa “41 - Contribuições”, “42 - Auxílio” ou “43 - Subvenções Sociais”;

II – estar regularmente constituída, assim considerado:

a) no mínimo 02 (dois) anos de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, admitida a redução deste prazo por autorização legislativa específica na hipótese de nenhuma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos atingi-lo;

b) tenha escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

III – ter apresentado as prestações de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e no convênio ou termo de parceria, contrato ou instrumento congênere celebrados;

IV – inexistir prestação de contas rejeitada pela Administração Pública nos últimos 5 (cinco) anos, exceto se a apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo, for sanada a irregularidade ou quitados os débitos ou reconsiderada a decisão pela rejeição

V – não ter como dirigente pessoa que:

a) seja membro de Poder, órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

b) incida em quaisquer das hipóteses de inelegibilidade previstas no art. 1º, inciso I, da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990;

c) cujas contas relativas a convênios, termos de parcerias, contratos ou instrumentos congêneres tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecorrível, nos últimos 8 (oito) anos;

d) tenha sido julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;

e) tenha sido considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

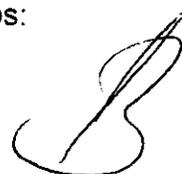
VI – formalização de processo administrativo, no qual fiquem demonstrados formalmente o cumprimento das exigências legais em razão do regime jurídico aplicável à espécie, além da emissão de pareceres do órgão técnico da Administração Pública e do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da Administração Pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

Parágrafo único. Caberá a Secretaria de Administração, Planejamento, Finanças, Gestão e Tributos verificar e declarar a implementação das condições previstas neste artigo e demais requisitos estabelecidos nesta seção, comunicando à Unidade Central de Controle Interno eventuais irregularidades verificadas.

Art. 37. É necessária a contrapartida para as transferências previstas na forma de subvenções, auxílios e contribuições, que poderá ser atendida por meio de recursos financeiros ou de bens ou serviços economicamente mensuráveis, cuja expressão monetária será obrigatoriamente identificada no termo de colaboração ou de fomento.

Art. 38. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos municipais, a qualquer título, sujeitar-se-ão à fiscalização da Administração Pública e dos conselhos de políticas públicas setoriais, com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos.

Parágrafo único. Enquanto vigentes os respectivos convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos congêneres, o Poder Executivo deverá divulgar e manter atualizadas na internet relação das entidades privadas beneficiadas com recursos de subvenções, contribuições e auxílios, contendo, pelo menos:



- I – nome e CNPJ da entidade;
- II – nome, função e CPF dos dirigentes;
- III – área de atuação;
- IV – endereço da sede;
- V – data, objeto, valor e número do convênio, termo de parceria, contrato ou instrumento congênere;
- VI – valores transferidos e respectivas datas.

Art. 39. As transferências de recursos de que trata esta Seção serão feitas por intermédio de instituição financeira oficial determinada pela Administração Pública, devendo a nota de empenho ser emitida até a data da assinatura do respectivo convênio, termo de parceria, ajuste ou instrumento congênere, observado o princípio da competência da despesa, previsto no art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 40. Toda movimentação de recursos relativos às subvenções, contribuições e auxílios de que trata esta Seção, por parte das entidades beneficiárias, somente será realizada observando-se os seguintes preceitos:

- I – depósito e movimentação em conta bancária específica para cada instrumento de transferência;
- II - desembolsos mediante documento bancário, por meio do qual se faça crédito na conta bancária de titularidade do fornecedor ou prestador de serviços.

Parágrafo único. Em sendo formalmente demonstrada a impossibilidade de pagamento de fornecedores ou prestadores de serviços mediante transferência bancária, o convênio, o termo de parceria, o ajuste ou instrumento congênere poderá admitir a realização de pagamento em espécie, desde que a relação de tais pagamentos conste no plano de trabalho e os recibos ou documentos fiscais pertinentes identifiquem adequadamente os credores.

Art. 41. Não se aplicam a disposições desta seção os recursos entregues a Consórcios Públicos mediante contrato de rateio, nos termos regulados pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2017.

Seção VII - Dos Empréstimos, Financiamentos e Refinanciamentos

Art. 42. Observado o disposto no art. 27 da Lei Complementar nº 101/2000, a concessão de empréstimos e financiamentos destinados a pessoas físicas e jurídicas fica condicionada ao pagamento de juros não inferiores a 8% (oito por cento) ao ano, ou ao custo de captação e também às seguintes exigências:

- I - concessão através de fundo rotativo ou programa governamental específico;
- II - pré-seleção e aprovação dos beneficiários pelo Poder Público;
- III - formalização de contrato;
- IV – assunção, pelo mutuário, dos encargos financeiros, eventuais comissões, taxas e outras despesas cobradas pelo agente financeiro, quando for o caso.

§ 1º No caso das pessoas jurídicas, serão consideradas como prioritárias, para a concessão de empréstimos ou financiamentos, as empresas que:



I - desenvolvam projetos de responsabilidade socioambiental;

II - integrem as cadeias produtivas locais;

III - empreguem pessoas com deficiência em proporção superior à exigida no art. 110 da Lei Federal nº 8.213, de 24 de julho de 1991;

IV - adotem políticas de participação dos trabalhadores nos lucros;

§ 2º Através de lei específica, poderá ser concedido subsídio para o pagamento dos empréstimos e financiamentos de que trata o *caput* deste artigo;

§ 3º As prorrogações e composições de dívidas decorrentes de empréstimos, financiamentos e refinanciamentos concedidos com recursos do Município dependem de autorização expressa em lei específica.

Capítulo V - Das Disposições Relativas à Dívida Pública Municipal

Art. 43. A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 44. O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

Capítulo VI - Das Disposições Relativas às Despesas com Pessoal e Encargos Sociais

Art. 45. No exercício de 2020, as despesas globais com pessoal e encargos sociais do Município, dos Poderes Executivo e Legislativo, deverão obedecer às disposições da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º Os Poderes Executivo e Legislativo terão como base de projeção de suas propostas orçamentárias, relativo a pessoal e encargos sociais, a despesa com a folha de pagamento do mês de setembro de 2019, compatibilizada com as despesas apresentadas até esse mês e os eventuais acréscimos legais com efeito financeiro em 2020, inclusive a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos e o crescimento vegetativo.

§ 2º A revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos municipais e do subsídio de que trata o § 4º do art. 39 da Constituição Federal, levará em conta, tanto quanto possível, a variação do poder aquisitivo da moeda nacional, segundo índices oficiais.

Art. 46. Para fins dos limites previstos no art. 19, inciso III, alíneas "a" e "b" da Lei Complementar nº 101/2000, o cálculo das despesas com pessoal dos poderes executivo e legislativo deverá observar as prescrições da Instrução Normativa nº 13/2018 do Tribunal de Contas do Estado, ou a norma que lhe for superveniente.

Art. 47. Para fins de atendimento ao disposto no art. 39, § 6º da Constituição Federal, até 30 dias antes do prazo previsto para envio do Projeto de Lei Orçamentária ao Poder Legislativo, o Poder Executivo publicará os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

Parágrafo único. O Poder Legislativo, observará o cumprimento do disposto neste

artigo, mediante ato da mesa diretora da Câmara Municipal.

Art. 48. O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de quaisquer das medidas relacionadas no artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, desde que observada a legislação vigente, respeitados os limites previstos nos artigos 20 e 22, parágrafo único, da Lei Complementar nº 101/2000, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal, fica autorizado para:

- I - conceder vantagens e aumentar a remuneração de servidores;
- II - criar e extinguir cargos públicos e alterar a estrutura de carreiras;
- III - prover cargos efetivos, mediante concurso público, bem como efetuar contratações por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, respeitada a legislação municipal vigente;
- IV - prover cargos em comissão e funções de confiança.

§ 1º Também estão autorizadas as seguintes ações, relacionadas com a política de pessoal da Administração Municipal:

- I - proporcionar o desenvolvimento profissional de servidores municipais, mediante a realização de programas de treinamento;
- II - proporcionar o desenvolvimento pessoal dos servidores municipais, mediante a realização de programas informativos, educativos e culturais;
- III - melhorar as condições de trabalho, equipamentos e infraestrutura, especialmente no que concerne à saúde, alimentação, transporte e segurança no trabalho.

§ 2º No caso dos incisos I, II, III e IV do Caput, as exposições de motivos dos projetos de lei ou, quando for o caso, os procedimentos administrativos correspondentes, deverão demonstrar, para os efeitos dos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000, as seguintes informações:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que devam entrar em vigor e nos dois subsequentes, especificando-se os valores a serem acrescidos nas despesas com pessoal e o seu acréscimo percentual em relação à Receita Corrente Líquida estimada;

II - declaração do ordenador de despesas de que há adequação orçamentária e financeira e compatibilidade com esta Lei e com o Plano Plurianual, devendo ser indicadas as naturezas das despesas e as categorias de programação da Lei Orçamentária Anual que contenha as dotações orçamentárias, detalhando os valores já utilizados e os saldos remanescentes.

§ 3º As estimativas de impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador de despesas para o aumento dos gastos com pessoal, terão validade de 06 (seis) meses contados da data da sua elaboração, devendo tais documentos ser reelaborados na hipótese de não ser praticado, dentro deste prazo, o ato que resulte aumento da despesa com pessoal,

§ 4º No caso de aumento de despesas com pessoal do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, os limites fixados nos arts. 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 5º Os atos que provoquem aumento da despesa de que tratam os incisos I, II, III e IV do Caput serão considerados nulos de pleno direito, caso não atendam às exigências previstas nos incisos I e II do § 2º.

§ 6º As proposições legislativas relacionadas com o aumento de gastos com pessoal nas hipóteses previstas neste artigo e as Leis delas decorrentes não poderão conter dispositivo que crie ou aumente despesa com efeitos financeiros anteriores à sua entrada em vigor ou à plena eficácia da norma.

§ 7º Ficam dispensados, da estimativa de impacto orçamentário e financeiro, atos de concessão de vantagens já previstas na legislação pertinente, de caráter meramente declaratório.

Art. 49. Quando a despesa com pessoal houver ultrapassado 51,3% (cinquenta e um inteiros e três décimos por cento) e 5,7% (cinco inteiros e sete décimos por cento) da Receita Corrente Líquida, respectivamente, no Poder Executivo e Legislativo, a contratação de horas-extras somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de situações emergenciais, de risco ou prejuízo para a população, tais como:

I – as situações de emergência ou de calamidade pública;

II – as situações de risco iminente à segurança de pessoas ou bens;

III – a relação custo-benefício se revelar mais favorável em relação a outra alternativa possível.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas neste artigo, é de exclusiva competência do Gabinete do Prefeito.

Capítulo VII - Das Alterações na Legislação Tributária

Art. 50. As receitas serão estimadas e discriminadas:

I - considerando a legislação tributária vigente até a data do envio do projeto de lei orçamentária à Câmara Municipal;

II - considerando, se for o caso, os efeitos das alterações na legislação tributária, resultantes de projetos de lei encaminhados à Câmara Municipal até a data de apresentação da proposta orçamentária de 2020, especialmente sobre:

- a) atualização da planta genérica de valores do Município;
- b) revisão, atualização ou adequação da legislação sobre o Imposto Predial e Territorial Urbano, suas alíquotas, forma de cálculo, condições de pagamento, descontos e isenções, inclusive com relação à progressividade desse imposto;
- c) revisão da legislação sobre o uso do solo, com redefinição dos limites da zona urbana municipal;
- d) revisão da legislação referente ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza;
- e) revisão da legislação aplicável ao Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis;
- f) instituição de novas taxas pela prestação de serviços públicos e pelo exercício do poder de polícia;
- g) revisão das isenções tributárias, para atender ao interesse público e à justiça social;
- h) revisão das contribuições sociais, destinadas à seguridade social, cuja necessidade tenha sido evidenciada através de cálculo atuarial;

i) demais incentivos e benefícios fiscais.

Art. 51. Caso não sejam aprovadas as modificações referidas no inciso II do art. 50, ou essas o sejam parcialmente, de forma a impedir a integralização dos recursos estimados, o Poder Executivo providenciará, conforme o caso, os ajustes necessários na programação da despesa, mediante Decreto.

Art. 52. O Executivo Municipal, autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária com vistas a estimular o crescimento econômico, a geração de emprego e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, conceder remissão e anistia para estimular a cobrança da dívida ativa, devendo esses benefícios ser considerados nos cálculos do orçamento da receita.

§ 1º A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício fiscal de natureza tributária ou não tributária, não considerado na estimativa da receita orçamentária, dependerá da realização do estudo do impacto orçamentário e financeiro e somente entrará em vigor se adotadas, conjunta ou isoladamente, as seguintes medidas de compensação:

a) aumento de receita proveniente de elevação de alíquota, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição;

b) cancelamento, durante o período em que vigorar o benefício, de despesas em valor equivalente.

§ 2º Poderá ser considerado como aumento permanente de receita, para efeito do disposto neste artigo, o acréscimo que for observado na arrecadação dos tributos que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal, em percentual que supere a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

§ 3º Não se sujeitam às regras do §1º:

I - a homologação de pedidos de isenção, remissão ou anistia apresentados com base na legislação municipal preexistente;

II - proposições de incentivos ou benefícios fiscais de natureza tributária ou não tributária cujo impacto seja irrelevante, assim considerado o limite de 2% (dois por cento) da Receita Corrente Líquida prevista para o exercício de 2020.

Art. 53. Conforme permissivo do art. 172, inciso III, da Lei Federal nº 5.172, de 25 de outubro de 1966, Código Tributário Nacional, e o inciso II, do §3º do art. 14, da Lei Complementar nº 101/2000, os créditos tributários lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Capítulo VIII - Das Disposições Gerais

Art. 54. Para fins de atendimento ao disposto no art. 62 da Lei Complementar nº 101/2000, fica o Poder Executivo autorizado a firmar convênios, ajustes e/ou contratos, para o custeio de despesas de competência da União, Estado e/ou Município, exclusivamente para o atendimento de programas de segurança pública, justiça eleitoral, fiscalização sanitária, tributária e ambiental, educação, cultura, saúde, assistência social, agricultura, meio ambiente, alistamento militar, manutenção de estradas (vias públicas) ou a execução de projetos específicos de desenvolvimento econômico e social.



Parágrafo único. A Lei Orçamentária anual, ou seus créditos adicionais, deverão contemplar recursos orçamentários suficientes para o atendimento das despesas de que trata o *caput* deste artigo.

Art. 55. As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem, não sujeitas ao regime de aprovação e execução estabelecido nos arts. 32 a 35 desta Lei, deverão ser compatíveis com os programas e objetivos da Lei nº 1.861, de 28 de junho de 2017 - Plano Plurianual 2018/2021 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

§ 1º Não serão admitidas, com a ressalva do inciso III do § 3º do art. 166 da Constituição Federal, as emendas que incidam sobre:

a) pessoal e encargos sociais e

b) serviço da dívida.

§ 2º Para fins do disposto no § 3º, inciso I, do art. 166 da Constituição, serão consideradas incompatíveis com as diretrizes orçamentárias estabelecidas por esta Lei:

I - as emendas que acarretem a aplicação de recursos abaixo dos limites constitucionais mínimos previstos para os gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino e com as ações e serviços públicos de saúde;

II - as emendas que não preservem as dotações destinadas ao pagamento de sentenças judiciais;

III - as emendas que reduzam o montante de dotações suportadas por recursos oriundos de transferências legais ou voluntárias da União e do Estado, alienação de bens e operações de crédito;

§ 3º Para fins do disposto no art. 166, § 8º, da Constituição Federal, serão levados à reserva de contingência referida no *caput* do art. 9 os recursos que, em decorrência de veto, emenda ou rejeição do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2020, fiquem sem despesas correspondentes.

Art. 56. Por meio da Secretaria Municipal de Fazenda, o Poder Executivo deverá atender às solicitações encaminhadas pela Comissão de Finanças, Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara Municipal, relativas a informações quantitativas e qualitativas complementares julgadas necessárias à análise da proposta orçamentária.

Art. 57. Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e o art. 104 da Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara Municipal para propor modificações aos projetos de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 58 O Poder Executivo publicará na imprensa oficial município (mural de avisos), ainda que de forma simplificada, a Lei Orçamentária Anual bem como as leis e os decretos de abertura dos créditos adicionais.

Art. 59. Fica autorizada a retificação e republicação da Lei Orçamentária e dos Créditos Adicionais, nos casos de inexatidões formais.

Parágrafo único. Para os fins do disposto no *caput* consideram-se inexatidões formais quaisquer inconformidades com a legislação vigente, da codificação ou descrição de órgãos, unidades orçamentárias, funções, subfunções, programas, natureza da despesa ou da receita e fontes de recursos, desde que não impliquem em mudança de valores e de finalidade da programação.

Art. 60. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio do Padre, 30 de outubro de 2019.



Leonir Aldrighi Baschi
Prefeito Municipal

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE
GABINETE DO PREFEITO
PUBLICAÇÃO

Certificamos que a(o) Lei nº 302/19
foi publicada(o) no quadro de aviso da Prefeitura
Municipal e Câmara de Vereadores na data de
30/10/19 às 9h00 horas. 1600
Sendo retirada(o) da publicação e arquivada(o) na
data de 30/10/19.


CHIEFE DE GABINETE

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2020
ANEXO III - METAS E PRIORIDADES

PROGRAMA: 0101 - Ação Legislativa

OBJETIVO: Garantir o pleno funcionamento das atividades do Poder Legislativo Municipal, propiciando o cumprimento das suas atribuições constitucionais e legais.

| TIPO (*) | Ação Produto | Unidade de Medida | | 2020 |
|--------------------------|--|----------------------|-------------|-----------------------|
| A | 2.101 - Manutenção dos Serviços Legislativos e Administrativos da Câmara Municipal. Sessão Plenária Realizada | Sessão Plenária | Meta Física | 52 |
| | | | Valor | R\$ 720.000,00 |
| A | 2.102 - Eventos e Recepções Sessão Solene Realizada | Unid. | Meta Física | 5 |
| | | | Valor | R\$ 10.000,00 |
| P | 1.103 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanente Equipamento Adquirido | Unid. | Meta Física | 3 |
| | | | Valor | R\$ 30.000,00 |
| P | 1.104 - Reforma e Reparos no Prédio da Câmara Municipal Reforma / Reparo realizado | Reforma / Reparo | Meta Física | 1 |
| | | | Valor | R\$ 98.969,25 |
| TOTAL DO PROGRAMA | | | | R\$ 858.969,25 |

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE – Operação Especial NO – Não-orçamentária

PROGRAMA: 0201- Gestão Administrativa Central

OBJETIVO: Garantir o funcionamento das atividades de apoio administrativo de os órgãos da administração municipal; Garantir melhor qualidade ao gasto público otimizando as tarefas executadas pelo aparato de apoio administrativo municipal; Coordenar o melhoramento e a ampliação dos serviços públicos, praticar o princípio da transparência, envolver a sociedade nas decisões administrativas e controlar a execução das ações planejadas.

| TIPO (*) | Ação Produto | Unidade de Medida | | 2020 |
|--------------------------|--|----------------------|-------------|-----------------------|
| A | 2.201 - Manutenção do Gabinete do Prefeito. Atividade Mantida | Unid. | Meta Física | 1 |
| | | | Valor | R\$ 770.925,39 |
| A | 2.202 - Publicações Oficiais Publicações Mantidas | Unid. | Meta Física | 1 |
| | | | Valor | R\$ 45.000,00 |
| A | 2.203 - Recepções e Eventos Públicos Recepção/ Evento Realizado | Unid. | Meta Física | 2 |
| | | | Valor | R\$ 3.000,00 |
| A | 2.204 - Manutenção do Consórcio Público do Extremo Sul Contribuição Mantida | Unid. | Meta Física | 1 |
| | | | Valor | R\$ 12.500,00 |
| P | 1.205 - Aquisição de Equipamentos e Material Permanente Equipamento Adquirido | Unid. | Meta Física | 3 |
| | | | Valor | R\$ 4.000 |
| TOTAL DO PROGRAMA | | | | R\$ 835.425,39 |

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE – Operação Especial NO – Não-orçamentária

PROGRAMA: 0202 - Município Estando Presente

OBJETIVO: Prestar apoio as atividades voltadas a segurança pública; Manter o funcionamento da defesa civil, garantindo sua ação imediata caso ocorram eventos adversos; Manter o Conselho Tutelar proporcionando-lhe as condições para o seu regular funcionamento; Proporcionar aos Municípios infraestrutura adequada para a utilização dos computadores do Telecentro Comunitário.

| TIPO (*) | Ação Produto | Unidade de Medida | | 2020 |
|--------------------------|---|----------------------|-------------|--------------------|
| A | 2.206 - Apoio a Segurança Pública Apoio Mantido | Unid. | Meta Física | 1 |
| | | | Valor | R\$ 5.000 |
| A | 2.207 - Manutenção dos Serviços da Defesa Civil Defesa Civil Mantida | Unid. | Meta Física | 1 |
| | | | Valor | R\$ 3.000 |
| A | 2.208 - Manutenção do Conselho Tutelar Conselho Mantido | Unid. | Meta Física | 1 |
| | | | Valor | R\$ 87.000 |
| A | 2.209 - Manutenção do Telecentro Comunitário Telecentro Mantido | Unid. | Meta Física | 1 |
| | | | Valor | R\$ 5.000 |
| TOTAL DO PROGRAMA | | | | R\$ 100.000 |

(*) Tipo: P – Projeto A - Atividade OE – Operação Especial NO – Não-orçamentária



**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE
GABINETE DO PREFEITO**

Lei 2.083, de 11 de dezembro de 2019.

Estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Arroio do Padre para o exercício financeiro de 2020.

O Prefeito Municipal de Arroio do Padre, Sr. Leonir Aldrighi Baschi, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município de Arroio do Padre para o exercício financeiro de 2020, referentes aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos a eles vinculados.

§ 1º. Constituem anexos e fazem parte desta Lei:

- I - Anexos orçamentários 1, 2, 6, 7, 8 e 9 da Lei nº 4.320, de 1964;
- II - demonstrativo da evolução da receita, por origem, em atendimento ao disposto no art. 12 da Lei Complementar nº 101/2000;
- III - demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado, de acordo com o art. 5º, inciso II, da Lei Complementar nº 101/2000;
- IV - quadro que evidencie, em colunas distintas, as receitas por origem e as despesas por grupo de natureza de despesa, dos orçamentos fiscal e da seguridade social, conforme art. 165, § 5º, III, da Constituição Federal;
- V - demonstrativo da receita por origem e planos de aplicação das despesas dos Fundos Especiais de que trata o art. 2º, § 2º, I, da Lei Federal nº 4.320/1964;
- VI - demonstrativo de compatibilidade da programação do orçamento com a meta de resultado primário;
- VII - demonstrativo da fixação da despesa com pessoal e encargos sociais, para os Poderes Executivo e Legislativo, confrontando a sua totalização com a receita corrente líquida prevista, nos termos dos artigos 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000, acompanhado da memória de cálculo;
- VIII - demonstrativo da previsão das aplicações de recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino (MDE) e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB);

- IX - demonstrativo da previsão da aplicação anual do Município em Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS), conforme a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012;
- X - demonstrativo do cálculo do limite máximo da despesa do Poder Legislativo, conforme o artigo 29-A da Constituição Federal, observado o disposto no § 2º do art. 12 desta Lei;
- XI - demonstrativo da Receita Corrente Líquida;
- XII - descrição sucinta de cada unidade administrativa e de suas principais finalidades com indicação da respectiva legislação;
- XIII - quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;

§ 2º. O anexo VI deste artigo atualiza os valores relativos às metas de resultados fiscais do anexo de metas fiscais de que trata a Lei de Diretrizes Orçamentárias, nos termos do art. 4º, § 1º da LRF.

Art. 2º. O Orçamento do Município, em obediência ao princípio do equilíbrio das contas públicas de que trata a Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 1º, § 1º, fica estabelecido em igual valor entre a receita estimada e a soma da despesa fixada acrescida da reserva de contingência.

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir créditos suplementares, por Decreto, observados os arts. 8º, 9º e 13 da Lei Complementar nº 101, de 2000, mediante a utilização dos recursos:

I) da anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, até o limite de 15% (quinze por cento) do somatório da receita total projetada, inclusive a previsão adicional (reestimativa), ou despesa fixada no caso de entidades que não possuam receitas próprias;

II) da Reserva de Contingência, com valores específicos para este fim no anexo de riscos fiscais;

III) de excesso de arrecadação proveniente de receitas livres ou vinculadas arrecadadas e a arrecadar, desde que para alocação nos mesmos créditos orçamentários em que os recursos dessas fontes foram originalmente programados;

IV) superávit financeiro apurado em balanço do exercício anterior, de acordo com as vinculações originais.

§ 1º Os limites autorizados no inciso I deste artigo não serão onerados quando o Crédito Adicional Suplementar se destinar a atender:

I - Insuficiência de dotações do Grupo de Natureza da Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesas consignadas ao mesmo grupo;

II - Pagamentos de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortização, juros e encargos da dívida.

III - Despesas financiadas com recursos provenientes de operações de crédito, alienação de bens e transferências voluntárias da União e do Estado;

§ 2º Também poderá ser considerado como superávit financeiro do exercício anterior, para fins do inciso IV do caput, os recursos que forem disponibilizados a partir do cancelamento de restos a pagar durante o exercício de 2020, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 3º Poderão ser utilizadas, para efeitos de créditos adicionais, reduções de valores atribuídos a créditos orçamentários de diferentes unidades gestoras do orçamento, sendo que os créditos adicionais especiais que envolvam o Poder Legislativo deverão possuir autorização expressa daquele Poder.

Art. 4º. Fica autorizado o Poder Legislativo, mediante Resolução da Mesa Diretora da Câmara, a abertura de Créditos Suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) de sua despesa total fixada, compreendendo as operações intraorçamentárias, com a finalidade de suprir insuficiências de suas dotações orçamentárias, desde que sejam indicados, como recursos, a anulação parcial ou total de dotações do próprio Poder Legislativo.

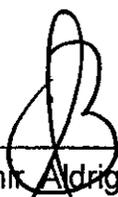
Art. 5º. Obedecidas as disposições da Lei de Diretrizes Orçamentárias, as transferências financeiras destinadas à Câmara Municipal serão disponibilizadas até o dia 20 de cada mês.

Art. 6º. O Prefeito Municipal, nos termos do que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias, poderá adotar mecanismos para utilização das dotações, de forma a compatibilizar as despesas à efetiva realização das receitas.

Art. 7º. Ficam automaticamente atualizados, com base nos valores desta Lei, o montante previsto para as receitas, despesas, resultado primário e resultado nominal previstos na Lei Municipal 2.069, de 30 de outubro de 2019, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2019.

Art. 8º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio do Padre, 11 de dezembro de 2019.



Leonir Aldrighi Baschi
Prefeito Municipal

| |
|---|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE GABINETE DO PREFEITO PUBLICAÇÃO |
| Certificamos que a(o) <u>Lei</u> de <u>11/12/19</u> foi publicada(=) no quadro de aviso da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores na data de <u>11/12/19</u> às <u>11:00</u> horas. |
| Quando retirada(o) da publicação e arquivada(o) na data de <u> / / </u> |
|  CHIEFE DE GABINETE |

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

| Código | Especificação | Elemento | Grupo de Despesa | Categoria Econômica |
|--|--|------------|------------------|---------------------|
| Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE | | | | |
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS | | 87.315,00 | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas | | 87.315,00 | |
| 4.4.90.51.00.00.00.00 | Obras e Instalações | 4.000,00 | | |
| 4.4.90.52.00.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanente | 83.315,00 | | |
| 9.0.00.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA E RESERVA DO RPPS | | 100.000,00 | 100.000,00 |
| 9.9.00.00.00.00.00.00 | RESERVA DE CONTINGÊNCIA E RESERVA DO RPPS | | 100.000,00 | |
| 9.9.99.00.00.00.00.00 | Reserva de Contingência e Reserva de RPPS | 100.000,00 | | |
| 9.9.99.99.00.00.00.00 | Reserva de Contingência e Reserva de RPPS | | | |
| Total das despesas: 13.537.268,79 | | | | |
| Total da entidade: 13.537.268,79 | | | | |
| Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE | | | | |
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
| 3.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS CORRENTES | | 566.000,00 | 782.731,21 |
| 3.1.00.00.00.00.00.00 | PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS | | 566.000,00 | |
| 3.1.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas | | 566.000,00 | |
| 3.1.90.04.00.00.00.00 | Contratação Por Tempo Determinado | 1.000,00 | | |
| 3.1.90.11.00.00.00.00 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 460.000,00 | | |
| 3.1.90.13.00.00.00.00 | Obrigações Patronais | 105.000,00 | | |
| 3.3.00.00.00.00.00.00 | OUTRAS DESPESAS CORRENTES | | 216.731,21 | |
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas | | 216.731,21 | |
| 3.3.90.14.00.00.00.00 | Diárias - Pessoal Civil | 6.000,00 | | |
| 3.3.90.30.00.00.00.00 | Material de Consumo | 22.000,00 | | |
| 3.3.90.32.00.00.00.00 | Material, Bem ou Serviço Para Dist. Gratuita | 3.000,00 | | |
| 3.3.90.33.00.00.00.00 | Passagens e Despesas com Locomoção | 5.000,00 | | |
| 3.3.90.36.00.00.00.00 | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | 7.000,00 | | |
| 3.3.90.39.00.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica | 130.731,21 | | |
| 3.3.90.40.00.00.00.00 | Serviços de Tecn. da Informação e Comunicação PJ | 23.000,00 | | |
| 3.3.90.46.00.00.00.00 | Auxílio Alimentação | 12.000,00 | | |
| 3.3.90.47.00.00.00.00 | Obrigações Tributárias e Contributivas | 1.000,00 | | |
| 3.3.90.49.00.00.00.00 | Auxílio Transporte | 7.000,00 | | |
| 4.0.00.00.00.00.00.00 | DESPESAS DE CAPITAL | | 80.000,00 | 80.000,00 |
| 4.4.00.00.00.00.00.00 | INVESTIMENTOS | | 80.000,00 | |
| 4.4.90.00.00.00.00.00 | Aplicações Diretas | | 80.000,00 | |
| 4.4.90.51.00.00.00.00 | Obras e Instalações | 50.000,00 | | |

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Natureza da Despesa por Categorias Econômicas (Anexo 2 da Lei nº 4.320/64)

| Código | Especificação | Elemento | Grupo de Despesa | Categoria Econômica |
|--|-----------------------------------|-----------|----------------------------|----------------------|
| Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE | | | | |
| DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS | | | | |
| 4.4.90.52.00.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanete | 30.000,00 | | |
| | | | Total das despesas: | 862.731,21 |
| | | | Total da entidade: | 862.731,21 |
| | | | Total geral: | 14.400.000,00 |

Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa de Trabalho de Governo (Anexo 6 da Lei nº 4.320/64)

| Código | Especificação | Projetos | Atividades | Operações Especiais | Total |
|---|--|-----------|----------------------|---------------------|----------------------|
| Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE | | | | | |
| Órgão: 07.00 Secretaria de Obras Infraestrutura e Saneamento | | | | | |
| Unidade: 07.04 Atendimento dos Serviços Públicos | | | | | |
| 15 | Urbanismo | | 142.000,00 | | 142.000,00 |
| 15.452 | Serviços Urbanos | | 142.000,00 | | 142.000,00 |
| 15.452.0704 | Serviços Públicos Essencias | | 142.000,00 | | 142.000,00 |
| 15.452.0704.2.711 | Manutenção e Ampliação da Iluminação Pública | | 142.000,00 | | 142.000,00 |
| 17 | Saneamento | | 238.200,00 | | 238.200,00 |
| 17.512 | Saneamento Básico Urbano | | 238.200,00 | | 238.200,00 |
| 17.512.0704 | Serviços Públicos Essencias | | 238.200,00 | | 238.200,00 |
| 17.512.0704.2.710 | Manutenção e Ampliação do Agua | | 147.900,00 | | 147.900,00 |
| 17.512.0704.2.712 | Manutenção do Cemitério Municipal | | 4.000,00 | | 4.000,00 |
| 17.512.0704.2.713 | Manutenção da Coleta de Resíduos Sólidos | | 86.300,00 | | 86.300,00 |
| Unidade: 07.05 Promoção de Melhorias Habitacionais | | | | | |
| 16 | Habitação | 0,00 | 14.000,00 | 0,00 | 14.000,00 |
| 16.481 | Habitação Rural | | 7.000,00 | | 7.000,00 |
| 16.481.0705 | Melhorias nas Condições Habitacionais | | 7.000,00 | | 7.000,00 |
| 16.481.0705.2.715 | Melhorar a Qualidade de Vida /Habitação - Rural | | 7.000,00 | | 7.000,00 |
| 16.482 | Habitação Urbana | | 7.000,00 | | 7.000,00 |
| 16.482.0705 | Melhorias nas Condições Habitacionais | | 7.000,00 | | 7.000,00 |
| 16.482.0705.2.716 | Melhorar a Qualidade de Vida - Habitação Urbana | | 7.000,00 | | 7.000,00 |
| Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE | | | | | |
| Órgão: 01.00 Camara de Vereadores | | | | | |
| Unidade: 01.01 Atividades da Câmara Municipal de Vereadores | | | | | |
| 01 | Legislativa | 80.000,00 | 782.731,21 | 0,00 | 862.731,21 |
| 01.031 | Ação Legislativa | 80.000,00 | 782.731,21 | 0,00 | 862.731,21 |
| 01.031.0101 | Ação Legislativa | 80.000,00 | 782.731,21 | 0,00 | 862.731,21 |
| 01.031.0101.1.103 | Aquisição e Equipamentose Materiais Permanentes | 30.000,00 | | | 30.000,00 |
| 01.031.0101.1.104 | Reforma e Reparos no Prédio da Camara Municipal | 50.000,00 | | | 50.000,00 |
| 01.031.0101.2.101 | Manutenção dos Serviços Legislativo e Administrativo da Camara Municipal | | 772.231,21 | | 772.231,21 |
| 01.031.0101.2.102 | Eventos e Recepções | | 10.500,00 | | 10.500,00 |
| Total geral: | | | 14.400,000,00 | | 14.400,000,00 |

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Programa de Trabalho de Governo - Demonstrativo de Funções, Subfunções e Programas, por Projetos, Atividades e Operações Especiais (Anexo 7 da Lei nº 4.320/64)

| Código | Especificação | Projetos | Atividades | Operações Especiais | Total |
|-------------|--|-----------|--------------|---------------------|--------------|
| 01 | Legislativa | | | | |
| 01.031 | Ação Legislativa | 80.000,00 | 782.731,21 | | 862.731,21 |
| 01.031.0101 | Ação Legislativa | 80.000,00 | 782.731,21 | | 862.731,21 |
| 01.303 | Suporte Profilático e Terapêutico | | | | 0,00 |
| 01.303.0502 | Atenção a Saúde | | | | 0,00 |
| 04 | Administração | | | | |
| 04.122 | Administração Geral | 9.000,00 | 1.884.900,00 | | 1.893.900,00 |
| 04.122.0201 | Gestão Administrativa Central | 9.000,00 | 1.815.900,00 | | 1.824.900,00 |
| 04.122.0301 | Gestão Tributária, Administrativa e Planejamento | 4.000,00 | 880.900,00 | | 884.900,00 |
| 04.125 | Normatização e Fiscalização | 5.000,00 | 935.000,00 | | 940.000,00 |
| 04.125.0302 | Eficiência na Gestão Tributaria | | 69.000,00 | | 69.000,00 |
| 06 | Segurança Pública | | | | |
| 06.181 | Policimento | | 8.000,00 | | 8.000,00 |
| 06.181.0202 | Município Estando Presente | | 5.000,00 | | 5.000,00 |
| 06.182 | Defesa Civil | | 3.000,00 | | 3.000,00 |
| 06.182.0202 | Município Estando Presente | | 3.000,00 | | 3.000,00 |
| 08 | Assistência Social | | | | |
| 08.122 | Administração Geral | 3.000,00 | 444.129,00 | | 447.129,00 |
| 08.122.0504 | Gestão da Assistência Social | 1.000,00 | 292.900,00 | | 293.900,00 |
| 08.241 | Assistência ao Idoso | 1.000,00 | 292.900,00 | | 293.900,00 |
| 08.241.0505 | Proteção Social | | 8.760,00 | | 8.760,00 |
| 08.242 | Assistência ao Portador de Deficiência | | 8.760,00 | | 8.760,00 |
| 08.242.0505 | Proteção Social | | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| 08.243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | | 87.500,00 | | 87.500,00 |
| 08.243.0202 | Município Estando Presente | | 87.500,00 | | 87.500,00 |
| 08.244 | Assistência Comunitária | 2.000,00 | 53.969,00 | | 55.969,00 |
| 08.244.0505 | Proteção Social | 2.000,00 | 53.969,00 | | 55.969,00 |
| 10 | Saúde | | | | |
| 10.122 | Administração Geral | 24.000,00 | 3.411.061,00 | | 3.435.061,00 |
| 10.122.0501 | Gestão Municipal de Saúde | 3.000,00 | 550.300,00 | | 553.300,00 |
| 10.301 | Atenção Básica | 3.000,00 | 550.300,00 | | 553.300,00 |
| 10.301.0502 | Atenção a Saúde | 18.000,00 | 2.348.355,00 | | 2.366.355,00 |
| | | 18.000,00 | 2.348.355,00 | | 2.366.355,00 |

Estado do Rio Grande do Sul

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Demonstrativo da Despesa por Funções, Subfunções e Programas conforme o Vínculo com os Recursos (Anexo 8 da Lei nº 4.320/64)

| Código | Especificação | Ordinário | Vinculado | Total |
|-------------|--|--------------|------------|--------------|
| 01 | Legislativa | | | |
| 01.031 | Ação Legislativa | 862.731,21 | | 862.731,21 |
| 01.031.0101 | Ação Legislativa | 862.731,21 | | 862.731,21 |
| 01.303 | Suporte Profilático e Terapêutico | 862.731,21 | | 862.731,21 |
| 01.303.0502 | Atenção a Saúde | | | 0,00 |
| 04 | Administração | | | |
| 04.122 | Administração Geral | 1.893.900,00 | | 1.893.900,00 |
| 04.122.0201 | Gestão Administrativa Central | 1.824.900,00 | | 1.824.900,00 |
| 04.122.0301 | Gestão Tributária, Administrativa e Planejamento | 884.900,00 | | 884.900,00 |
| 04.125 | Normatização e Fiscalização | 940.000,00 | | 940.000,00 |
| 04.125.0302 | Eficiência na Gestão Tributária | 69.000,00 | | 69.000,00 |
| 06 | Segurança Pública | | | |
| 06.181 | Policimento | 8.000,00 | | 8.000,00 |
| 06.181.0202 | Município Estando Presente | 5.000,00 | | 5.000,00 |
| 06.182 | Defesa Civil | 5.000,00 | | 5.000,00 |
| 06.182.0202 | Município Estando Presente | 3.000,00 | | 3.000,00 |
| 08 | Assistência Social | | | |
| 08.122 | Administração Geral | 272.500,00 | 174.629,00 | 447.129,00 |
| 08.122.0504 | Gestão da Assistência Social | 172.500,00 | 121.400,00 | 293.900,00 |
| 08.241 | Assistência ao Idoso | 172.500,00 | 121.400,00 | 293.900,00 |
| 08.241.0505 | Proteção Social | 2.500,00 | 6.260,00 | 8.760,00 |
| 08.242 | Assistência ao Portador de Deficiência | 2.500,00 | 6.260,00 | 8.760,00 |
| 08.242.0505 | Proteção Social | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| 08.243 | Assistência à Criança e ao Adolescente | 1.000,00 | | 1.000,00 |
| 08.243.0202 | Município Estando Presente | 87.500,00 | | 87.500,00 |
| 08.244 | Assistência Comunitária | 87.500,00 | | 87.500,00 |
| 08.244.0505 | Proteção Social | 9.000,00 | 46.969,00 | 55.969,00 |
| 10 | Saúde | | | |
| 10.122 | Administração Geral | 9.000,00 | 46.969,00 | 55.969,00 |
| 10.122.0501 | Gestão Municipal de Saúde | | | |
| 10.301 | Atenção Básica | 3.435.061,00 | | 3.435.061,00 |
| 10.301.0502 | Atenção a Saúde | 553.300,00 | | 553.300,00 |
| 10.302 | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | 553.300,00 | | 553.300,00 |
| 10.302.0502 | Atenção a Saúde | 2.366.355,00 | | 2.366.355,00 |
| 10.303 | Suporte Profilático e Terapêutico | 2.366.355,00 | | 2.366.355,00 |
| 10.303.0502 | Atenção a Saúde | 159.200,00 | | 159.200,00 |
| | | 159.200,00 | | 159.200,00 |
| | | 295.817,00 | | 295.817,00 |
| | | 295.817,00 | | 295.817,00 |

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

| Órgão | Funções | Legislativa | Judiciária | Essencial à Justiça | Administração | Defesa Nacional | Segurança Pública |
|------------------------------|---------------|-------------------|-------------|---------------------|---------------|-----------------|-------------------|
| 01.00 - Camara de Vereadores | | 862.731,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Total: | 862.731,21 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

| Órgão | Funções | Relações Exteriores | Assistência Social | Previdência Social | Saúde | Trabalho | Educação |
|------------------------------|---------------|---------------------|--------------------|--------------------|-------------|-------------|-------------|
| 01.00 - Camara de Vereadores | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

| Órgão | Funções | Cultura | Direitos da Cidadania | Urbanismo | Habituação | Saneamento | Gestão Ambiental |
|------------------------------|---------------|-------------|-----------------------|-------------|-------------|-------------|------------------|
| 01.00 - Camara de Vereadores | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

| Órgão | Funções | Ciência e Tecnologia | Agricultura | Organização Agrária | Indústria | Comércio e Serviços | Comunicações |
|------------------------------|---------|----------------------|-------------|---------------------|-----------|---------------------|--------------|
| 01.00 - Camara de Vereadores | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| | Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL

Demonstrativo da Despesa por Órgãos e Funções (Anexo 9 da Lei nº 4.320/64)

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

| Órgão | Funções | Energia | Transporte | Desporto e Lazer | Encargos Especiais | Reserva de Contingência | TOTAL |
|------------------------------|--------------|---------|------------|------------------|--------------------|-------------------------|---------------|
| 01.00 - Camara de Vereadores | | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 862.731,21 |
| | Total: | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 862.731,21 |
| | Total geral: | | | | | | 14.400.000,00 |

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

Página: 1/1
Data: 05/11/2019

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL - 2020

DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL (PODER LEGISLATIVO)

Seleção: Entidade = 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

| PREVISÃO DAS DESPESAS COM PESSOAL | DOTAÇÃO |
|---|---------------|
| DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I) | 566.000,00 |
| Pessoal Ativo | 566.000,00 |
| Pessoal Inativos e Pensionistas | 0,00 |
| Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (art. 18, § 1º da LRF) | 0,00 |
| DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) (II) | 0,00 |
| Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária | 0,00 |
| Decorrentes de Decisão Judicial | 0,00 |
| Despesas de Exercícios Anteriores | 0,00 |
| Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados | 0,00 |
| Convocação Extraordinária (inciso II do § 6º do art. 57 da CF) | 0,00 |
| TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP (III) = (I - II) | 566.000,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV) | 14.400.000,00 |
| % do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (V) = (III / IV) * 10 | 3,93 |
| LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - 6% | 864.000,00 |
| LIMITE PRUDENCIAL (§ único, art. 22 da LRF) - 5,7% | 820.800,00 |

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação da Proposta da Despesa

| Despesa | Funcional | Dotação | Educação | Pessoal | Saúde | Valor |
|---|-------------|--|---|---------|-------|----------------------|
| Entidade: 1 - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE | | | | | | 13.537.268,79 |
| Órgão: 07.00 - Secretaria de Obras Infraestrutura e Saneamento | | | | | | 1.574.463,79 |
| Unidade: 07.04 - Atendimento dos Serviços Públicos | | | | | | 380.200,00 |
| Proj./Ativ.: 2.713 - Manutenção da Coleta de Resíduos Sólidos | | | Localizador: Município de Arroio do Padre | | | |
| 91 | 17.512.0704 | 3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Vencimentos e Vantagen | Não | Sim | Não | 40.500,00 |
| 91 | 17.512.0704 | 3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Obrigações Patronais | Não | Sim | Não | 9.000,00 |
| 91 | 17.512.0704 | 3.1.90.16.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Outras Despesas Variav | Não | Sim | Não | 1.000,00 |
| 91 | 17.512.0704 | 3.3.90.14.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil | Não | Não | Não | 6.000,00 |
| 91 | 17.512.0704 | 3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Material de Consumo | Não | Não | Não | 2.000,00 |
| 91 | 17.512.0704 | 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Outros Serviços de Terce | Não | Não | Não | 13.000,00 |
| 91 | 17.512.0704 | 3.3.90.46.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Auxílio Alimentação | Não | Não | Não | 7.800,00 |
| 91 | 17.512.0704 | 3.3.90.49.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Auxílio Transporte | Não | Não | Não | 4.500,00 |
| 91 | 17.512.0704 | 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Equipamentos e Materia | Não | Não | Não | 2.000,00 |
| Total: | | | | | | 86.300,00 |
| Unidade: 07.05 - Promoção de Melhorias Habitacionais | | | | | | 14.000,00 |
| Proj./Ativ.: 2.715 - Melhorar a Qualidade de Vida /Habitação - Rural | | | Localizador: Município de Arroio do Padre | | | |
| 92 | 16.481.0705 | 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Outros Serviços de Terce | Não | Não | Não | 2.000,00 |
| 92 | 16.481.0705 | 3.3.90.48.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Outros Auxílios Financeii | Não | Não | Não | 3.000,00 |
| 92 | 16.481.0705 | 4.4.90.51.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Obras e Instalações | Não | Não | Não | 2.000,00 |
| Total: | | | | | | 7.000,00 |
| Proj./Ativ.: 2.716 - Melhorar a Qualidade de Vida - Habitação Urbana | | | Localizador: Município de Arroio do Padre | | | |
| 93 | 16.482.0705 | 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Outros Serviços de Terce | Não | Não | Não | 2.000,00 |
| 93 | 16.482.0705 | 3.3.90.48.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Outros Auxílios Financeii | Não | Não | Não | 3.000,00 |
| 93 | 16.482.0705 | 4.4.90.51.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Obras e Instalações | Não | Não | Não | 2.000,00 |
| Total: | | | | | | 7.000,00 |
| Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE | | | | | | 862.731,21 |
| Órgão: 01.00 - Camara de Vereadores | | | | | | 862.731,21 |
| Unidade: 01.01 - Atividades da Câmara Municipal de Vereadores | | | | | | 862.731,21 |
| Proj./Ativ.: 1.103 - Aquisição e Equipamentose Materiais Permanentes | | | Localizador: Município de Arroio do Padre | | | |
| 1 | 01.031.101 | 4.4.90.52.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Equipamentos e Materia | Não | Não | Não | 30.000,00 |
| Total: | | | | | | 30.000,00 |
| Proj./Ativ.: 1.104 - Reforma e Reparos no Prédio da Camara Municipal | | | Localizador: Município de Arroio do Padre | | | |
| 2 | 01.031.101 | 4.4.90.51.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Obras e Instalações | Não | Não | Não | 50.000,00 |
| Total: | | | | | | 50.000,00 |
| Proj./Ativ.: 2.101 - Manutenção dos Serviços Legislativo e Administrativo da Camara Municipal | | | Localizador: Município de Arroio do Padre | | | |
| 3 | 01.031.101 | 3.1.90.04.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Contratação Por Tempo | Não | Sim | Não | 1.000,00 |
| 3 | 01.031.101 | 3.1.90.11.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Vencimentos e Vantagen | Não | Sim | Não | 460.000,00 |
| 3 | 01.031.101 | 3.1.90.13.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Obrigações Patronais | Não | Sim | Não | 105.000,00 |
| 3 | 01.031.101 | 3.3.90.14.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Diárias - Pessoal Civil | Não | Não | Não | 6.000,00 |
| 3 | 01.031.101 | 3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Material de Consumo | Não | Não | Não | 15.000,00 |
| 3 | 01.031.101 | 3.3.90.33.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Passagens e Despesas | Não | Não | Não | 5.000,00 |
| 3 | 01.031.101 | 3.3.90.36.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - OUTROS SERVICOS DI | Não | Não | Não | 7.000,00 |
| 3 | 01.031.101 | 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Outros Serviços de Terce | Não | Não | Não | 130.231,21 |
| 3 | 01.031.101 | 3.3.90.40.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Serviços de Tecn. da Inf | Não | Não | Não | 23.000,00 |
| 3 | 01.031.101 | 3.3.90.46.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Auxílio Alimentação | Não | Não | Não | 12.000,00 |
| 3 | 01.031.101 | 3.3.90.47.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Obrigações Tributárias e | Não | Não | Não | 1.000,00 |
| 3 | 01.031.101 | 3.3.90.49.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Auxílio Transporte | Não | Não | Não | 7.000,00 |
| Total: | | | | | | 772.231,21 |
| Proj./Ativ.: 2.102 - Eventos e Recepções | | | Localizador: Município de Arroio do Padre | | | |
| 4 | 01.031.101 | 3.3.90.30.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Material de Consumo | Não | Não | Não | 7.000,00 |
| 4 | 01.031.101 | 3.3.90.32.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 - Material, Bem ou Serviç | Não | Não | Não | 3.000,00 |

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

Página: 17/17
Data: 05/11/2019

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relação da Proposta da Despesa

| Despesa | Funcional | Dotação | Educação | Pessoal | Saúde | Valor | |
|---|------------|--|------------------------------|---------|-------|----------------------|--------|
| Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE | | | | | | 862.731,21 | |
| Órgão: 01.00 - Camara de Vereadores | | | | | | 862.731,21 | |
| Unidade: 01.01 - Atividades da Câmara Municipal de Vereadores | | | | | | 862.731,21 | |
| Proj./Ativ.: 2.102 - Eventos e Recepções | | | | | | | |
| Localizador: Município de Arroio do Padre | | | | | | | |
| 4 | 01.031.101 | 3.3.90.39.00.00.00.00.00.01.0001.000000.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros | Não | Não | Não | 500,00 |
| Total: | | | | | | 10.500,00 | |
| Total Geral: | | | | | | 14.400.000,00 | |

Estado do Rio Grande do Sul
PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2020

Relatório das Receitas e Despesas por Fontes de Recursos

Entidade: 2 - CAMARA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE

Fonte de Recurso: 00.01.0001 Recurso Livre

Despesas

| Conta | Descrição | Valor |
|-----------------------|--|----------------------|
| 3.1.90.04.00.00.00.00 | Contratação Por Tempo Determinado | 1.000,00 |
| 3.1.90.11.00.00.00.00 | Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil | 460.000,00 |
| 3.1.90.13.00.00.00.00 | Obrigações Patronais | 105.000,00 |
| 3.3.90.14.00.00.00.00 | Diárias - Pessoal Civil | 6.000,00 |
| 3.3.90.30.00.00.00.00 | Material de Consumo | 22.000,00 |
| 3.3.90.32.00.00.00.00 | Material, Bem ou Serviço Para Dist. Gratuita | 3.000,00 |
| 3.3.90.33.00.00.00.00 | Passagens e Despesas com Locomoção | 5.000,00 |
| 3.3.90.36.00.00.00.00 | OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS - PESSOA FISICA | 7.000,00 |
| 3.3.90.39.00.00.00.00 | Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Juridica | 130.731,21 |
| 3.3.90.40.00.00.00.00 | Serviços de Tecn. da Informação e Comunicação PJ | 23.000,00 |
| 3.3.90.46.00.00.00.00 | Auxílio Alimentação | 12.000,00 |
| 3.3.90.47.00.00.00.00 | Obrigações Tributárias e Contributivas | 1.000,00 |
| 3.3.90.49.00.00.00.00 | Auxílio Transporte | 7.000,00 |
| 4.4.90.51.00.00.00.00 | Obras e Instalações | 50.000,00 |
| 4.4.90.52.00.00.00.00 | Equipamentos e Material Permanete | 30.000,00 |
| | Total: | 862.731,21 |
| | Total das receitas por entidade: | 0,00 |
| | Total das despesas por entidade: | 862.731,21 |
| | Total geral das receitas: | 14.400.000,00 |
| | Total geral das despesas: | 14.400.000,00 |



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA DE ARROIO DO PADRE
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO, FINANÇAS, GESTÃO E TRIBUTOS

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA 2020

MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DA RECEITA

A) Os valores referentes aos exercícios de 2016, 2017 e 2018 foram obtidos a partir dos dados constantes nos respectivos balanços anuais.

B) Os valores relativos à arrecadação de 2019 foram obtidos a partir da receita arrecadada até o mês de setembro, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

C) Em linhas gerais, nas projeções para os exercícios de 2020, 2021 e 2022, o cenário projetado sinaliza para um crescimento global das receitas a uma taxa média de cerca de 5%, podendo haver em algumas receitas, estabilidade na sua arrecadação.

D) O pressuposto geral de comportamento da Receita Municipal é o da existência de uma correlação do comportamento dessa receita com o desempenho dos agregados macroeconômicos. Além disso, pressupõe-se em algumas receitas diretamente arrecadadas pelo Município, que as taxas de crescimento real sejam maiores, devido aos esforços de melhoria de gestão e diminuição de inadimplência.

E) A previsão das receitas tributárias (impostos, taxas), foi constituída a partir das receitas efetivadas em exercícios anteriores, aplicando-se as tendências de arrecadação, a partir dos esforços aplicados na diminuição da inadimplência dos contribuintes e consumidores e pela atualização dos valores.

G) As receitas patrimoniais para 2020 foram orçadas de acordo com os rendimentos das aplicações financeiras estimadas para 2019, acrescido de tendência para o próximo exercício, tendo em vista a nova redução da Taxa Básica de Juros e dos valores disponíveis para depósito. As receitas de serviços, que basicamente são constituídas dos serviços de máquinas, patrulha agrícola e do fornecimento de água, foram estimadas de acordo com o comportamento destas receitas em 2019, aplicando-se a tendência para os próximos exercícios.

H) Nas receitas de Transferências Correntes, que são as principais receitas que mantém o Município, destaca-se as principais:

- A Cota Parte do FPM, segundo a Secretaria de Tesouro Nacional, aponta para um aumento de cerca de 7% em relação ao valor previsto na proposta orçamentária de 2019. Diante desta perspectiva projetada pelo governo federal, o Município acompanhou a previsão da União, e estimou o ingresso de recursos do FPM mensal em R\$ 8.320.000,00.

- Ainda em relação ao FPM, fixou-se o valor de R\$ 350.000,00 decorrentes da estimativa de arrecadação da Cota Extra de 1% de julho, e de R\$ 360.000,00 provenientes da estimativa da Cota Extra de 1% repassada no mês dezembro de cada exercício.

- No ICMS, a proposta orçamentária do Estado projeta uma estimativa de arrecadação com aumento de 5,6% para o exercício de 2020 em relação a 2019. No entanto, considerando que normalmente as previsões do Estado se confirmam em valores inferiores, optou-se em manter prudência na estimativa. Assim, de acordo com o índice provisório de participação do Município para 2020, estimou-se a receita no valor de R\$ 2.900.000,00.

OBS: O Índice definitivo de participação no ICMS ainda não foi publicado.

- Em decorrência da participação no índice de retorno do ICMS, este reflete diretamente nas transferências do IPI/Exportação, foram orçadas pelo Município levando em consideração a previsão estadual e o histórico de arrecadação de exercícios anteriores.

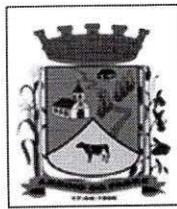
- Nas transferências do IPVA, a expectativa, considerando os valores orçados pelo Estado apresentam um acréscimo de 3,9% em relação ao valor previsto para o exercício de 2019. A partir disto, estimou-se o ingresso destas receitas em R\$ 300.000,00

- Em relação ao FUNDEB, o desempenho esperado é de R\$ 2.100.000,00, devido ao número de alunos, bem como em razão do aumento das receitas formadoras do FUNDEB (FPM, ITR, LC 87/96, ICMS, IPVA e IPI/Exportação).

- Outras transferências importantes são as do SUS, repassadas pelo Fundo Nacional de Saúde e Fundo Estadual de Saúde, bem como as destinadas à Assistência Social, repassadas pelo Fundo Nacional e Estadual e Assistência Social. As previsões apontam para uma certa estabilidade, ou seja, o valor a ser repassado nos próximos anos tende a manter-se nos mesmos patamares de 2019 de acordo com a previsão dos próprios órgãos.

- Para as outras transferências legais (CIDE, FNDE, FNAS e outras), a perspectiva é de estabilidade, ou seja, prevê-se uma variação em função dos índices inflacionários ou acompanhando a variação das receitas da União.





**ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE
GABINETE DO PREFEITO**

Lei 1.861, de 28 de junho de 2017.

Dispõe sobre o Plano de Plurianual para o quadriênio 2018/2021.

O Prefeito Municipal de Arroio do Padre, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei,

Art. 1º Está Lei instituiu o Plano Plurianual 2018/2021 em cumprimento ao disposto no art.165, parágrafo 1º da Constituição Federal, estabelecendo para o período, os programas com seus respectivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos Anexos I e II.

Art. 2º Para efeitos desta lei, entende-se por:

I – Programa: O instrumento de organização da atuação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para um objetivo comum pré-estabelecido, mensurado por indicadores, visando a solução de um problema ou ao atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;

II – Programa Finalístico: Aquele que resulta em bem ou serviço ofertados diretamente a sociedade;

III – Programa de Apoio Administrativo: Aquele que engloba ações de natureza tipicamente administrativa que, embora colaborem para a consecução dos objetivos dos demais programas, não tem suas despesas passíveis de apropriação aqueles programas;

IV – Ação: O conjunto de operações cujos produtos contribuem para os objetivos do programa;

V – Produto: Bem ou serviço que resulta da ação, destinado ao público alvo;

VI – Meta: Quantidade de produto que se deseja obter em determinado horizonte temporal, expressa na unidade de medida adotada.

Art. 3º A programação constante no PPA deverá ser financiada pelos recursos oriundos do Tesouro Municipal, das Operações de Créditos Internos e Externos, das Transferências Constitucionais, Legais e Voluntárias da União e do Estado e subsidiariamente, das parcerias implementadas com outros Municípios e com a iniciativa privada.

Parágrafo único: Os valores financeiros constantes nos anexos e nas tabelas desta Lei são referências e não constituem limite para a programação da despesa na Lei Orçamentaria Anual, que deverá obedecer aos parâmetros fixados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e as receitas efetivamente previstas em cada ano, consoante a legislação tributária em vigor à época.

Art. 4º As metas físicas das ações estabelecidas para o período 2018-2021 se constituem referências a serem observadas pelas de diretrizes orçamentárias e pelas leis orçamentárias e suas respectivas alterações.

Art. 5º A inclusão, exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto

de Lei específico.

Art. 6º A inclusão, exclusão ou alteração de ações, produtos e metas no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermediário da Lei de Diretrizes Orçamentárias, da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.

Art. 7º O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito com base no desempenho dos indicadores, e ou da realização das metas físicas e financeiras, cujas informações serão apuradas periodicamente e terão a finalidade de medir os resultados alcançados.

Parágrafo único: O acompanhamento da execução dos programas do PPA será feito sob a coordenação da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças, Gestão e Tributos, a quem compete:

I – definir as metodologias a serem utilizadas na elaboração, no acompanhamento e na revisão do PPA a ser observado por toda Administração Municipal.

II – definir a agenda da elaboração de acompanhamento e, quando for o caso, de revisão do PPA;

III – auxiliar os demais órgãos e setores da Administração Municipal nos processos de elaboração, de acompanhamento e de revisão do PPA;

IV – elaborar anualmente relatório de avaliação dos resultados da implementação deste Plano que será encaminhado ao Poder Legislativo, juntamente com projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 8º Integram o Plano Plurianual, as seguintes tabelas:

I – Tabela 01 - Estimativas da Receita por Categoria Econômica e Origem.

II – Tabela 02 - Estimativas da Receita Corrente Líquida;

III – Tabela 03 - Estimativas da Aplicação de Recursos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino;

IV – Tabela 04 - Estimativas de Aplicação de Recursos em Ações e Serviços Públicos de Saúde;

V – Tabela 05 – Estimativas de Gastos do Poder Legislativo, nos termos do art. 29 – A, da Constituição da República;

VI – Tabela 06 – Estimativas de Gastos com Pessoal do Poder Executivo e Legislativo, nos termos do art. 20, inciso III, alíneas “a” e “b” da Lei complementar nº 101, de 2000;

VII – Tabela 07 – Avaliação global dos recursos disponíveis para o planejamento das despesas.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Arroio do Padre, 28 de junho de 2017.

Visto Técnico

Loutar Prieb
Secretário de Administração, Planejamento,
Finanças, Gestão e Tributos


Leonir Aldrighi Baschi
Prefeito Municipal

| |
|--|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE ARROIO DO PADRE GABINETE DO PREFEITO PUBLICAÇÃO |
| Certificamos que a(o) <u>Lei</u> , de <u>28/06/17</u> foi publicada(o) no quadro de aviso da Prefeitura Municipal e Câmara de Vereadores na data de <u>28/06/17</u> , às <u>1600</u> horas. Sendo retirada(o) da publicação e arquivada(o) na data de ____/____/____. |
|  CHEFE DE GABINETE |

MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE
PLANO PLURIANUAL 2018/2021
ANEXO I - PROGRAMAS

PROGRAMA:

0101 - Ação Legislativa

OBJETIVO:

Garantir o pleno funcionamento das atividades do Poder Legislativo Municipal, propiciando o cumprimento das suas atribuições constitucionais e legais.

| Em definição | Índice Inicial | Índice Realizado | | | | | Índice Final | TOTAL |
|-----------------------|---|--------------------------------------|-----------------------|-------------|-------------|-------------|--------------|-------|
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2021 | | |
| Total do Programa: | | 750.953 | 714.228 | 786.971 | 839.837 | 850.565 | 3.118.593 | |
| TIPO | AÇÕES / PRODUTOS / FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO | Unidade de Medida | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | TOTAL | |
| A | Ação: 2.101 - Manutenção dos Serviços Legislativos e Administrativos da Câmara Municipal. | Sessão Plenária | 52 | 52 | 52 | 52 | 208 | |
| | Produto: Sessão Plenária Realizada | | | | | | | |
| | Função: 01 - Legislativa | Valor | 684.953 | 674.228 | 714.625 | 756.837 | 2.830.643 | |
| | Subfunção: 031 - Ação Legislativa | | | | | | | |
| A | Ação: 2.102 - Eventos e Recepções | Objeto | 5 | 5 | 5 | 5 | 20 | |
| | Produto: Sessão Solene Realizada | | | | | | | |
| | Função: 01 - Legislativa | Valor | 12.000 | 12.000 | 12.049 | 12.000 | 48.049 | |
| | Subfunção: 031 - Ação Legislativa | | | | | | | |
| P | Ação: 1.103 - Aquisição de Equipamentos e Materiais Permanentes | Unid. | 3 | 3 | 3 | 3 | 12 | |
| | Produto: Equipamento Adquirido | | | | | | | |
| | Função: 01 - Legislativa | Valor | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 20.000 | 80.000 | |
| | Subfunção: 031 - Ação Legislativa | | | | | | | |
| P | Ação: 1.104 - Reforma e Reparos no Prédio da Câmara Municipal | Reforma / Reparo | 1 | 1 | 1 | 1 | 4 | |
| | Produto: Reforma / Reparo realizado | | | | | | | |
| | Função: 01 - Legislativa | Valor | 40.000 | 40.000 | 40.000 | 40.000 | 160.000 | |
| | Subfunção: 031 - Ação Legislativa | | | | | | | |
| (7) Tipo: P - Projeto | | A - Atividade OE - Operação Especial | NO - Não-orçamentária | | | | | |

MUNICÍPIO DE ARROIO DO PADRE
PPA 2018/2021

ANEXO II - RESUMO DOS PROGRAMAS

| Descrição do Programa | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | TOTAL |
|---|------------|------------|------------|------------|------------|
| 0101 - Ação Legislativa | | | | | |
| 0201 - Gestão Administrativa Central | 756.953 | 746.228 | 786.674 | 828.837 | 3.118.692 |
| 0202 - Município Estando Presente | 805.968 | 839.327 | 874.051 | 909.508 | 3.428.854 |
| 0301 - Gestão Tributária, Administrativa e Planejamento | 98.600 | 102.324 | 107.177 | 111.164 | 419.265 |
| 0302 - Eficiência na Gestão Tributária | 801.000 | 834.800 | 874.872 | 902.267 | 3.412.939 |
| 0401 - Gestão Municipal de Educação | 57.200 | 59.488 | 61.868 | 64.342 | 242.898 |
| 0402 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Infantil | 587.000 | 610.481 | 635.620 | 660.725 | 2.493.826 |
| 0403 - Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental | 700.182 | 732.669 | 789.176 | 796.743 | 3.018.770 |
| 0404 - Colaborar no Acesso ao Ensino Médio | 2.702.600 | 2.810.704 | 2.993.132 | 3.040.057 | 11.546.494 |
| 0405 - Contribuição Para Acesso ao Ensino Superior | 93.915 | 97.944 | 102.097 | 106.334 | 400.290 |
| 0406 - Desenvolvimento Turístico | 78.000 | 82.000 | 85.000 | 88.000 | 333.000 |
| 0407 - Patrimônio e Cultura | 5.000 | 5.000 | 6.000 | 6.000 | 22.000 |
| 0408 - Promoção do Esporte e Lazer | 180.000 | 188.000 | 195.000 | 200.000 | 763.000 |
| 0501 - Gestão Municipal da Saúde | 56.000 | 58.240 | 60.570 | 62.992 | 237.802 |
| 0502 - Atenção a Saúde | 546.128 | 568.893 | 593.529 | 617.070 | 2.325.620 |
| 0503 - Vigilância em Saúde | 2.225.550 | 2.318.412 | 2.462.828 | 2.506.942 | 9.513.732 |
| 0504 - Gestão da Assistência Social | 44.000 | 48.500 | 51.000 | 53.000 | 196.500 |
| 0505 - Proteção Social | 266.944 | 278.494 | 289.766 | 303.176 | 1.138.379 |
| 0601 - Gestão da Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento | 51.000 | 54.000 | 58.000 | 60.500 | 223.500 |
| 0602 - Fortalecendo a Agricultura Familiar | 294.656 | 307.362 | 319.537 | 332.198 | 1.253.753 |
| 0603 - Desenvolver Arroio do Padre | 729.000 | 781.600 | 858.784 | 968.575 | 3.337.959 |
| 0604 - Gestão Ambiental | 150.000 | 230.000 | 250.000 | 290.000 | 920.000 |
| 0701 - Gestão de Obras, Infraestrutura e Saneamento | 6.000 | 6.700 | 7.500 | 7.800 | 28.000 |
| 0702 - Melhorias no Sistema Viário | 195.000 | 202.680 | 210.667 | 218.974 | 827.321 |
| 0703 - Trânsito e Mobilidade Urbana | 1.035.000 | 1.119.000 | 1.183.040 | 1.281.162 | 4.618.202 |
| 0704 - Serviços Públicos Essenciais | 13.000 | 73.000 | 13.000 | 13.000 | 112.000 |
| 0705 - Melhoria nas Condições Habitacionais | 358.300 | 379.332 | 396.105 | 462.629 | 1.596.367 |
| 9999 - Reserva de Contingência | 80.000 | 70.000 | 64.000 | 54.000 | 268.000 |
| 0000 - Encargos Especiais - Não Integrantes do PPA | 80.000 | 90.000 | 95.000 | 100.000 | 365.000 |
| | 130.334 | 137.346 | 144.666 | 150.906 | 563.252 |
| TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS | | | | | 0 |
| | 13.127.330 | 13.832.524 | 14.568.659 | 15.196.903 | 56.725.416 |